FRE
Formulário de Referência

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
Data Entrega: 23/05/2018
Data Referência: 01/01/2017
Tipo Apresentação: Reapresentação Espontânea
Versão: 6

Powered by MZiQ

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

1.2 – Declaração do Diretor Presidente

1.3 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.4 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

2. Auditores Independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração dos Auditores

2.3 - Outras informações relevantes - Auditores

3. Informações Financeiras selecionadas

3.1 - Informações Financeiras

3.2 - Medições Não Contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.4 - Política destinação de resultados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.7 - Nível de endividamento

3.8 - Obrigações

3.9 - Outras informações relevantes

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.7 - Outras contingências relevantes

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Powered by MZiQ

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.3 - Descrição dos controles internos

5.4 - Alterações significativas

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

6.3 - Breve histórico

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 - Outras informações relevantes

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.8 - Políticas socioambientais

7.9 - Outras informações relevantes

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

9.2 - Outras informações relevantes

10. Comentários de Diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 - Plano de negócios

10.9 - Outros fatores com influência relevante

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

12. Assembléia e Administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

12.7/8 - Composição dos comitês

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.13 - Outras informações relevantes

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.16 - Outras informações relevantes

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.2 - Alterações relevantes-Recursos humanos

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.5 - Outras informações relevantes

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária

15.3 - Distribuição de capital

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.7 - Principais operações societárias

15.8 - Outras informações relevantes

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.4 - Outras informações relevantes

17. Capital Social

17.1 - Informações sobre o capital social

17.2 - Aumentos do capital social

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

17.5 - Outras informações relevantes

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos das ações

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.8 - Títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.12 - Outras infomações relevantes

19. Planos de Recompra/Tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

20. Política de Negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

20.2 - Outras informações relevantes

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.4 - Outras informações relevantes

1.1 - DECLARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
João Garcia Couri Neto	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência
b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 - DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58 / NIRE: 35.3.0036387-6
COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO

Eu, **Clara Maria da Cunha Ferraz**, atesto que:

a) Revi o Formulário de Referência de 2017 da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.;

b) Todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

c) O conjunto de informações contidas neste Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. e dos riscos inerentes às atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Bauru, 29 de maio de 2017.

Clara Maria da Cunha Ferraz
Diretora Presidente

1.2 - DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58 / NIRE: 35.3.0036387-6
COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO

Eu, **João Garcia Couri Neto**, atesto que:

a) Revi o Formulário de Referência de 2017 da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.;

b) Todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

c) O conjunto de informações contidas neste Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. e dos riscos inerentes às atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Bauru, 29 de maio de 2017.

João Garcia Couri Neto
Diretor de Planejamento e de Relação com Investidores

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
Deloitte Touche Tohmatsu	49.928.567/0002-00	00385-9	Nacional

Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:
01/04/2015	31/03/2016

Descrição Serviço Contratado:

(i) Auditoria anual das demonstrações financeiras da Emissora; (ii) Revisão de Informações Trimestrais da Emissora; (iii) Revisão da Declaração Integrada de Informações Econômico-Fiscais - DIPJ.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os honorários dos Auditores Independentes da Companhia foram R$ 201.516,00 (duzentos e um mil quinhentos e dezesseis reais), referente aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e revisão das informações trimestrais da Companhia, para os trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015.

Justificativa da substituição:

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:

ANTONIO CARLOS BRANDÃO DE SOUSA	892.965.757-53

Endereço para correspondência

Logradouro	Avenida Presidente Wilson		
Complemento	231 - 22º andar	Bairro	centro
Município	None	UF	SP
País	Brasil	CEP	20030-905
DDD	21	Telefone	3981-0500
DDD	None	Telefone	
Email	antoniobrandao@deloitte.com		

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
Grant Thornton Auditores Independentes	10.830.108/0001-65	01127-4	Nacional

Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:
01/04/2016	

Descrição Serviço Contratado:

(i) Auditoria anual de balanço individual e consolidado referente ao exercício social de 2016, 2017 e 2018; (ii) Revisão de Informações Trimestrais individuais dos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018 da Companhia e suas investidas; (iii) serviços relacionados à emissão de carta conforto para emissão de dívidas da Companhia e de suas investidas; e (iv) Relatório Carta – Comentário referente aos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018 da Companhia e suas investidas.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

Pelos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os auditores independentes receberão da Companhia e suas investidas, honorários que totalizaram de R$ 120 mil referentes aos serviços de Auditoria das Demonstrações Financeiras Anuais e Revisão das Informações Trimestrais da Companhia e suas investidas.

Justificativa da substituição:

otimização de custos e despesas

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:

Ana Cristina Linhares Areosa	013.083.117-45

Endereço para correspondência

Logradouro	Avenida Voluntários da Pátria, nº 89		
Complemento	1º andar	Bairro	Botafogo
Município	Rio de Janeiro	UF	RJ
País	Brasil	CEP	22270-000
DDD	21	Telefone	3529-9150
DDD	21	Telefone	3529-9150
Email	ana.areosa@br.gt.com		

2.3 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - AUDITORES

2.3 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

3.1 - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Real / Unidade

3.2 - MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

3.2 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis
b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo

3.3 - EVENTOS SUBSEQUENTES ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo

3.4 - POLÍTICA DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

3.4 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais.

	Exercício Social Encerrado em 31.12.2016	**Exercício Social Encerrado em 31.12.2015**	**Exercício Social Encerrado em 31.12.2014**
a. Regras Sobre Retenção de Lucros	O nosso Estatuto Social não prevê retenção de lucros, estando a Companhia sujeita ao artigo 196 da Lei n° 6.404/, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital previamente aprovado.	O nosso Estatuto Social não prevê retenção de lucros, estando a Companhia sujeita ao artigo 196 da Lei n° 6.404/, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital previamente aprovado.	O nosso Estatuto Social não prevê retenção de lucros, estando a Companhia sujeita ao artigo 196 da Lei n° 6.404/, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital previamente aprovado.
Valores das Retenções de lucros	0	0	0
b. Regras Sobre Distribuição de Dividendos	Consoante a alínea *b* do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os nossos acionistas têm direito ao recebimento de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios, depois da dedução de eventuais participações no resultado e as reservas legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, para contingências e de lucros a realizar, conforme o caso.	Consoante a alínea *b* do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os nossos acionistas têm direito ao recebimento de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios, depois da dedução de eventuais participações no resultado e as reservas legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, para contingências e de lucros a realizar, conforme o caso.	Consoante a alínea *b* do art. 25 do Estatuto Social da Companhia, os nossos acionistas têm direito ao recebimento de 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício a título de dividendos obrigatórios, depois da dedução de eventuais participações no resultado e as reservas legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, para contingências e de lucros a realizar, conforme o caso.
c. Periodicidade das Distribuições de Dividendos	O art. 26 do nosso Estatuto Social admite que a Companhia levante balanços semestrais ou em menor periodicidade e, com base neles, decida sobre a distribuição de dividendos intermediários. Ainda não auferimos dividendos.	O art. 26 do nosso Estatuto Social admite que a Companhia levante balanços semestrais ou em menor periodicidade e, com base neles, decida sobre a distribuição de dividendos intermediários. Ainda não auferimos dividendos.	O art. 26 do nosso Estatuto Social admite que a Companhia levante balanços semestrais ou em menor periodicidade e, com base neles, decida sobre a distribuição de dividendos intermediários. Ainda não auferimos dividendos.
d. Eventuais restrições à	De acordo com o item 6.1 "(xxii)" da Escritura	De acordo com o item 6.1 "(xxii)" da Escritura	De acordo com o item 6.1 "(xxii)" da Escritura

distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, é hipótese de vencimento antecipado o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Companhia, ou financiamentos pela Companhia, exceto (i) com relação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) caso a Companhia esteja em observância aos Índices Financeiros previstos no item "(xxvii)" da Escritura de Emissão, observado que, para fins deste item, a Companhia obriga-se a apresentar relatório de apuração dos referidos Índices Financeiros calculados com base nas últimas demonstrações financeiras anuais auditadas divulgadas pela Companhia.	Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, é hipótese de vencimento antecipado o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Companhia, ou financiamentos pela Companhia, exceto (i) com relação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) caso a Companhia esteja em observância aos Índices Financeiros previstos no item "(xxvii)" da Escritura de Emissão, observado que, para fins deste item, a Companhia obriga-se a apresentar relatório de apuração dos referidos Índices Financeiros calculados com base nas últimas demonstrações financeiras anuais auditadas divulgadas pela Companhia.	Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, é hipótese de vencimento antecipado o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Companhia, ou financiamentos pela Companhia, exceto (i) com relação ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo; ou (ii) caso a Companhia esteja em observância aos Índices Financeiros previstos no item "(xxvii)" da Escritura de Emissão, observado que, para fins deste item, a Companhia obriga-se a apresentar relatório de apuração dos referidos Índices Financeiros calculados com base nas últimas demonstrações financeiras anuais auditadas divulgadas pela Companhia.

3.5 - DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E RETENÇÃO DE LUCROS LÍQUIDO

3.6 - DIVIDENDOS-LUCROS RETIDOS/RESERVAS

3.6 Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas dos 3 últimos exercícios sociais.

(R$)

	Exercício Social Encerrado em 31.12.2016	**Exercício Social Encerrado em 31.12.2015**	**Exercício Social Encerrado em 31.12.2014**
Dividendos pagos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

3.7 - NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Exercício Social - 01/01/2016 até 31/12/2016

Montante total da dívida, de qualquer natureza	Índice de endividamento	Tipo de índice
1.797.620,00 (Real)	3.51000000	Índice de Endividamento

3.8 - OBRIGAÇÕES

Exercício Social 2016

Tipo	Inferior a um ano (Unidade)	Um a três anos (Unidade)	Três a cinco anos (Unidade)	Superior a cinco anos (Unidade)	Total (Unidade)
	158.763,00	425.100,00	466.955,00	587.267,00	1.638.085,00
	32.387,00	0,00	0,00	127.148,00	159.535,00
Total (Real)	191.150,00	425.100,00	466.955,00	714.415,00	1.797.620,00

3.9 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

3.9 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

4.1 - DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

4 Fatores de risco

4.1 Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a) Fatores de risco relacionados à Companhia.

Nosso alto nível de endividamento pode reduzir nossa capacidade de conduzir nossas atividades e pagar nossas dívidas.

Em 31 de Dezembro de 2016, tínhamos R$ 1,638 bilhão em empréstimos, financiamentos e debêntures, referente ao nosso financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") e decorrente da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM Nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400" e "2ª Emissão", respectivamente), as quais contam com garantia compartilhada e sem ordem de preferência entre esses credores. Este nível de endividamento pode afetar significativamente as nossas operações futuras, incluindo o seguinte: (i) prejudicar a nossa capacidade de realizar o pagamento e cumprir outras obrigações relativas às dívidas vincendas; (ii) ocasionar a redução da nossa disponibilidade de fluxo de caixa para cobrir capital de giro, despesas de capital, aquisições e outras despesas corporativas, além de limitar a nossa capacidade de obter financiamento adicional para estes fins; e (iii) ocasionar (a) uma limitação na nossa flexibilidade de planejamento ou na nossa capacidade de reação a uma situação adversa, bem como (b) um aumento na nossa vulnerabilidade em relação a mudanças nos negócios, no setor em que atuamos e na economia em geral. Quaisquer dos fatores acima indicados podem afetar adversamente os nossos negócios e resultados, bem como a nossa capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebramos.

O retorno do investimento em infraestrutura realizado por nós para a prestação de serviço público a nós concedido pode não ocorrer ou ocorrer de forma diversa da prevista.

Tendo em vista que (i) o investimento inicial necessário para a implantação de projetos de infraestrutura que viabilizem a prestação do serviço público a nós outorgado é bastante elevado; (ii) que financiamos parte significativa do investimento com capital de terceiros; e (iii) que o prazo de maturação do projeto nessa área, como regra, é superior a 5 anos, durante esse período, eventos políticos, econômicos, climáticos, entre outros, podem comprometer a rentabilidade do projeto, sendo possível que não haja o retorno do investimento realizado ou que haja apenas em parte, ou que não sejamos capazes de cumprir tempestivamente nossas obrigações, o que poderá causar um efeito prejudicial adverso em nossos negócios e resultados.

O desenvolvimento de rotas alternativas para parte ou todo o Corredor Raposo Tavares, pode desviar ou reduzir o fluxo de veículos pelas rodovias por nós administradas afetando-nos adversamente.

Ao longo do trecho de aproximadamente 100 quilômetros do Corredor Raposo Tavares, entre os Municípios de Presidente Prudente e Assis, onde estão instaladas 3 de nossas 9 praças de pedágio, existe uma rota alternativa constituída pelas Rodovias SP-284 e SP-425, cuja administração pertence ao Governo Estadual, tratando-se, assim, de estrada não pedagiada. Adicionalmente, se houver novo lote de concessão rodoviária na região, desenvolvimento do transporte hidroviário e ferroviário que possam representar uma rota alternativa parcial ou em todo o trecho rodoviário administrado por nós, nossos negócios e resultados poderão ser diversamente afetados. Desta mesma forma, os lotes de concessão do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com início de sua operação em 2015, afetaram os nossos resultados.

Os governos Federal e Estadual de Mato Grosso estão trabalhando para conclusão e manutenção de rodovias, implantação de ferrovias e de hidrovias, elegendo a conclusão das (i) BRs 163 (Rodovia Cuiabá-Santarém) até Santarém (PA); (ii) BR 158 que passa pelos estados do Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul onde encontra seu término na fronteira com o Uruguai, no município de Santana do Livramento; e (iii) a implantação da BR 242 se estende do estado da Bahia (mais precisamente da localidade de São Roque do Paraguaçu, no município de Maragogipe), passando pela BR-101 entre os municípios de Conceição do Almeida, Sapeaçu e Castro Alves, cruzando com a BR-116 na localidade de Paraguaçu (no município de Rafael Jambeiro) e com a BR-153 no trecho entre os municípios de Gurupi - TO e Cariri do Tocantins - TO, seguindo até o estado do Mato Grosso (no município de Sorriso). A rodovia ainda possui muitos trechos sem pavimentação ou ainda por construir, principalmente nos estados do Mato Grosso e do Tocantins do município de Ribeirão Cascalheira a Sorriso (maior produtor de soja do Brasil).

Há também planos para a implantação da Ferrovia de Integração Centro Oeste de Campinorte (GO) (ferrovia Norte Sul) a Vilhena (RO) passando pelo município de Lucas do Rio Verde (2º maior produtor de grãos do Brasil), e a implantação da Hidrovia Tapajós - Teles Pires, empreendimento que de fato reduzirá os custos de fretes em Mato Grosso. Um terminal de Barcarena, na região metropolitana de Belém, no Pará, receberá barcaças fluviais e caminhões com soja e milho, viabilizando a exportação por um caminho mais curto para a Ásia e a Europa. Os grãos serão originados no norte de Mato Grosso, principal região produtora do país, e seguirão rumo ao norte, cruzando o Pará pela BR-163, até um terminal de transbordo no distrito de Miritituba, município de Itaituba, onde o produto será embarcado em balsas.

Como podemos observar os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário em questão, visam o escoamento da produção do Mato Grosso pelos portos do Norte - Santarém, Belém e São Luiz do Maranhão. Portanto, todos esses fatores poderão afetar diversamente o tráfego em nossa rodovia.

Nos termos dos contratos financeiros celebrados, estamos sujeitos a restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais, bem como a obrigações específicas que, se descumpridas, podem gerar o vencimento antecipado de nossas dívidas.

Celebramos diversos contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, que não seja sanado ou anuído por seus respectivos credores, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros ("*cross default*"). Além disso, alguns desses contratos financeiros impõem restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais. O vencimento antecipado de algumas de nossas dívidas ou a nossa incapacidade de contrair dívidas adicionais pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados, bem como a nossa capacidade de cumprir com as obrigações de pagamento relativas aos contratos financeiros que celebramos.

Estamos expostos a riscos relacionados ao volume de tráfego e à receita de pedágio.

Nossos negócios dependem diretamente do número de veículos de carga e de passeio que viajam em nossas rodovias e da frequência com que eles viajam. A redução do tráfego poderia decorrer da redução da atividade econômica, inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou outros fatores, bem como por conta de circunstâncias pessoais dos usuários ou de uma redução no comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá afetar de forma adversa nossos negócios e resultados.

Parte significativa das nossas receitas é objeto de cessão fiduciária em garantia de nossas dívidas e podem ser transferidas aos nossos credores na hipótese de inadimplemento de obrigações assumidas por nós.

Como garantia do pagamento do contrato de financiamento formulado com o BNDES em 10 de janeiro de 2011, no valor aproximado de R$ 1 bilhão, bem como da emissão das debêntures da 2ª Emissão, no valor de R$ 750 milhões, cedemos fiduciariamente a totalidade dos direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo todos os direitos creditórios. Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de financiamento firmado com o BNDES, ou no caso de inadimplemento das debêntures da 2ª Emissão, esse Banco e/ou os debenturistas da 2ª Emissão poderão executar as garantias cedidas fiduciariamente e, consequentemente, perderemos a propriedade plena e a posse direta de tais direitos creditórios, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Uma vez que parte significativa dos nossos bens está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Parte significativa dos nossos bens está vinculada à concessão, sendo que estes bens não estarão disponíveis para credores, caso seja decretada nossa falência, ou suscetíveis a penhora que visem garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que ao final da concessão e, de acordo com a legislação aplicável, estes bens deverão ser revertidos ao poder concedente. Essas restrições podem exercer um efeito negativo na nossa capacidade de obter novos financiamentos.

Podemos não conseguir implementar integralmente a nossa estratégia de negócios.

O segmento em que atuamos possui características próprias, como, por exemplo, alterações regulatórias, possibilidade de revisão de nossos contratos em razão do interesse público ou de mudanças na conjuntura política estadual e de reversão de bens vinculados à concessão ao poder concedente. Nossos negócios também podem ser prejudicados por alterações na situação econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxa de juros, possibilidade de captação de recursos nos mercados de capitais e efeitos de iniciativas governamentais para administrar a economia. Quaisquer desses fatores, isoladamente ou em conjunto, podem afetar negativamente a implementação de nossa estratégia de negócios, podendo afetar adversamente nossos negócios e resultados.

Gastos ou investimentos inesperados em nossos projetos podem impactar adversamente nossa condição financeira e nossas operações.

Nossa capacidade de concluir adequadamente os projetos em andamento ou futuros projetos acessórios que possam ser exigidos pelo contrato de concessão está sujeita, dentre outros fatores, ao custo de mão de obra e de matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, negociações com o poder público e riscos políticos, bem como interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente nossos custos de construção, caso não sejam repassados a terceiros, o que poderá afetar o fluxo de caixa e, consequentemente, nossos negócios e resultados.

Parte da rodovia que operamos está localizada em regiões sujeitas a riscos climáticos.

As condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos nossos projetos e de investimentos, impactando negativamente na nossa arrecadação. Caso não sejamos capazes de nos adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade das rodovias e serviços diante das condições naturais diferentes daquelas existentes quando do início das nossas atividades, tal incapacidade poderá afetar adversamente os nossos negócios e resultados.

Riscos relacionados à terceirização de parte substancial das nossas atividades.

Atualmente nós terceirizamos uma parcela considerável das nossas atividades, mediante a contratação de prestadores de serviço. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em nos prestar os serviços contratados de forma e em prazos adequados, conforme as especificações contratuais, poderá acarretar em inadimplemento de nossos contratos e nos causar um efeito adverso relevante. Ademais, estamos sujeitos a rescisão ou não renovação desses contratos de prestação de serviços, bem como podemos não ser capazes de contratar, em tempo e com preços similares, prestadores de serviço igualmente qualificados. Podemos, ainda, responder solidária ou subsidiariamente por eventuais débitos trabalhistas e previdenciários relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, não podemos garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de trabalho conosco. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá afetar a qualidade e continuidade dos nossos negócios e impactar adversamente os nossos resultados.

As apólices de seguros que mantemos podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros.

Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância dos nossos terceirizados em cumprir com as obrigações indenizatórias assumidas perante nós ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para nós. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá causar um efeito adverso nos nossos negócios e resultados.

O término antecipado da concessão pode comprometer a nossa capacidade de honrar nossas dívidas e obrigações.

Em caso de descumprimento do contrato de concessão, ou da legislação aplicável, estamos sujeitos à caducidade da concessão, ou seja, a concessão poderá ser extinta por decreto do Poder Concedente após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade do serviço concedido. O parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei de Concessões”), dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações por nós assumidas serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, seremos capazes de honrar nossas dívidas e obrigações previamente assumidas.

A perda de membros da alta administração, ou nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode nos causar um efeito adverso relevante.

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende, dentre outros fatores, dos serviços de nossa alta administração. Nenhuma dessas pessoas está sujeita a contrato de trabalho de longo prazo e a pacto de não concorrência. Em razão disso, não podemos garantir nosso sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar nossa alta administração e acompanhar o ritmo do nosso crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros da nossa alta administração ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais podem causar efeitos adversos para nós.

Somos réu em processos judiciais no curso de nossos negócios, em especial em ações civis públicas, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses, e que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de nossos projetos conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nossos negócios e atividades. Para mais informações acerca da ação civil pública, em andamento promovida contra nós, ver item 4.3 deste Formulário de Referência.

O público pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado no Brasil, é de cerca de 20 anos. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde a implementação da política de concessão de rodovias a cobrança das tarifas tem aumentado e poderá levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que no início da década organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinado usuário de pagar pedágio. Além disso, em meados de 2013, por exemplo, diversas capitais do País foram palco de intensos protestos populares contra o aumento das tarifas do transporte público que, por fim, acabaram por impedir reajustes dos preços das tarifas de metrô e ônibus. Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelo contrato de concessão, esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às nossas tarifas de pedágio, como também podem reduzir a nossa receita afastando o tráfego de nossas vias pedagiadas. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderia afetar de forma adversa nossos negócios e resultados.

b) Fatores de risco relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

A eventual impossibilidade de receber aporte de capital de nossa controladora pode afetar-nos adversamente.

Podemos necessitar de aporte de capital de nossa controladora, especialmente nos próximos 2 anos, para cumprir as obrigações decorrentes da Concessão e para manter o nosso nível de endividamento abaixo dos limites contratuais a que estamos sujeitos em razão das dívidas por nós contraídas. Na eventualidade

de nossa controladora: (i) por qualquer motivo, não cumprir seu plano de negócios; (ii) realizar investimentos ou incorrer em gastos acima dos esperados; (iii) ter suas eventuais aquisições futuras contestadas pelas autoridades concorrenciais brasileiras; (iv) não conseguir integrar os negócios adquiridos por verificar contingências não identificadas anteriormente que não lhe permitam alcançar as metas financeiras e estratégicas previstas à época da aquisição; e (v) ser afetada por deterioração na situação econômica nacional ou mundial, pela redução da possibilidade de captação de recursos em mercados de capitais no Brasil ou no exterior, ou por iniciativas governamentais para administrar a economia gerando aumento da inflação ou taxas de juros, ela pode vir a não realizar referidos aportes. Na hipótese de não recebermos aportes de capital de nossa controladora durante o período de maturação de nossa Concessão, nossos negócios e resultados podem ser adversamente afetados.

A mudança de nosso controle acionário pode nos afetar adversamente.

Na hipótese de venda do nosso controle acionário, deixaríamos de pertencer à INVEPAR, o que poderia impactar de forma adversa na maneira como somos percebidos no mercado. Nossa controladora INVEPAR é uma companhia que tem como parte de sua estratégia de negócios a exploração e operação de rodovias mediante concessão pública. Não podemos garantir que eventual novo controlador tenha como atividade principal e estratégia de negócios a exploração de rodovias concessionadas, o que pode causar efeito negativo em nossos negócios e resultados.

Se for executado o penhor sobre as ações de nossa emissão, deixaremos de ser controlados pela INVEPAR, o que pode afetar-nos adversamente.

Em decorrência do contrato de financiamento firmado com o BNDES em 10 de janeiro de 2011, no valor aproximado de R$1 bilhão, bem como da Escritura da 2ª Emissão de debêntures, foi dado como garantia o penhor da totalidade das nossas ações, de forma compartilhada entre os credores, conforme 1º aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Garantias e novo Contrato de Penhor de ações, ambos firmados em 07 de dezembro de 2012. Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de financiamento firmado com o BNDES, ou no caso de inadimplemento das debêntures da 2ª Emissão, conforme o caso, os credores terão o direito de executar as garantias reais estabelecidas, resultando na transferência de tais ações ao BNDES, aos debenturistas da 2ª Emissão e/ou a terceiros por eles indicados, em qualquer caso, mediante prévia anuência da ARTESP, o que ocasionará a consequente mudança do nosso controle acionário, que, por sua vez, poderá afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais.

As futuras aquisições da nossa controladora podem ser contestadas pelas autoridades concorrenciais brasileiras.

Nossa controladora INVEPAR é uma companhia que tem como parte de sua estratégia de negócios a exploração e operação de rodovias mediante concessão pública. Caso a nossa controladora adquira no

futuro, participações no capital social de outras companhias concessionárias de rodovias no Estado de São Paulo, tais operações poderão, em tese, ter que vir a ser submetidas à apreciação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), que, por sua vez, verificaria se tal circunstância teria um efeito negativo nas condições competitivas do segmento do mercado em que nossa controladora atua, ou mesmo sobre os consumidores deste mercado. Como regra geral, deverão ser submetidas ao SBDC, nos termos da Portaria Interministerial nº 994/2012, as operações que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços, contanto que uma parte na operação tenha registrado faturamento bruto no Brasil de pelo menos R$ 750 milhões no último ano fiscal e que a outra tenha faturamento mínimo de R$ 75 milhões no mesmo período, considerando-se para fins da apuração de faturamento seus respectivos grupos econômicos, definidos como as empresas que estejam sob controle comum, interno ou externo, e as empresas nas quais qualquer das empresas seja titular, direta ou indiretamente, de pelo menos 20% do capital social ou votante. Embora o mercado relevante de concessões rodoviárias no Estado de São Paulo seja regulado por meio de tarifas estabelecidas contratualmente com o Poder Concedente, futuras aquisições poderiam não ser aprovadas ou ser aprovadas com restrições, o que poderia elevar os custos das operações e afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da nossa controladora. Nesse sentido, a nossa controladora poderá ser obrigada pelas autoridades concorrenciais, entre outros, a alienar parcial ou totalmente sua participação em concessionárias de rodovias de que é ou venha a ser acionista, incluindo a sua participação acionária em nosso capital social, o que poderia impactar de forma adversa na maneira como somos percebidos no mercado. Se uma ou mais das hipóteses acima descritas ocorrerem, isolada ou conjuntamente, nossos negócios e resultados poderiam ser adversamente afetados.

O nosso acionista controlador, a INVEPAR, poderá ter interesses conflitantes com os interesses dos investidores.

Nós somos uma subsidiária integral, controlada exclusivamente pela INVEPAR. Dessa forma, como a Controladora vota como um único bloco, e tem poderes para, dentre outros, eleger todos os membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado das deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e o pagamento de quaisquer dividendos, os interesses do Acionista Controlador poderão conflitar com os interesses de nossos investidores, o que poderia afetar adversamente nossos negócios e resultados.

c) Fatores de risco relacionados aos acionistas da Companhia.

Nosso único acionista é nosso acionista controlador, sendo que os fatores de riscos relacionados aos nossos acionistas já constam do item 4.1. b deste Formulário de Referência.

d) Fatores de risco relacionados às controladas e coligadas da Companhia.

Nós somos uma sociedade de propósito específico, razão pela qual não temos controladas, nem coligadas, nos termos do disposto no artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Fatores de risco relacionados aos fornecedores da Companhia.

Parcela relevante dos colaboradores da Companhia é terceirizada e estamos expostos aos riscos relacionados a esta escolha.

Encerramos o ano de 2016 com 1.403 colaboradores, dos quais aproximadamente 57% são terceirizados. Em razão disso, podemos responder subsidiariamente ou solidariamente por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros por nós contratados. Além disso, não podemos garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de emprego conosco. Destaca-se, ainda, que a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade dos nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, poderá haver um impacto adverso em nossos negócios e resultados.

f) Fatores de risco relacionados aos clientes da Companhia.

Os riscos relacionados aos nossos clientes estão abordados nos riscos a nós relacionados.

g) Fatores de risco relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua.

Os riscos relacionados aos setores da economia em que atuamos estão abordados nos riscos a nós relacionados e nos riscos à regulação do setor em que atuamos.

h) Fatores de risco relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua.

Atuamos em um ambiente altamente regulado e os nossos negócios e resultados podem ser afetados adversamente por medidas governamentais, tendo o Poder Concedente, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à Concessão, podendo nos sujeitar à redução das nossas tarifas e ao aumento imprevisto de nossos investimentos.

A nossa atividade na administração do corredor Raposos Tavares é objeto da Concessão pelo Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP sujeita, portanto, a um ambiente altamente regulado. Além disso, ao Poder Concedente é conferida ampla discricionariedade, podendo determinar, inclusive, que as nossas tarifas cobradas sejam reduzidas ou os investimentos que a Companhia deva fazer sejam incrementados, ainda que observado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima previstas pode impactar adversamente nos nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

Estamos sujeitos a abrangente legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de atividades desenvolvidas por nós. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos, podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Se não observarmos a legislação relativa à proteção do meio ambiente poderemos sofrer a imposição de sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. Além disso, a demora ou o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a implementação das obras e melhorias por nós pretendidas.

As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental, assim como nossa incapacidade de obter licenças ambientais necessárias podem nos demandar custos adicionais significativos. A ocorrência das hipóteses acima previstas pode impactar adversamente na nossa imagem, negócios e resultados.

Os negócios, condição econômico-financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude da redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento no fluxo de caixa.

O contrato de concessão especifica as tarifas de pedágio que podemos cobrar e prevê um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Entretanto, esses reajustes estão sujeitos à aprovação do Poder Concedente e, por tal razão, não podemos assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente. Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, devemos confiar num mecanismo menos objetivo, previsto na legislação e em nosso contrato de concessão, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo nos permite buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas supervenientes à assinatura do contrato de concessão que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da Concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos da legislação e de cada contrato, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo de concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do respectivo Poder Concedente. Além disso, não podemos assegurar que o

restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro se concretize em termos satisfatórios. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, ou redução de investimentos futuros, aumento no valor nominal de tarifas, compensação direta por parte do Poder Concedente, nossos negócios e resultados poderão ser afetados de forma adversa.

A nossa atividade está concentrada na operação de rodovia no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental de infraestrutura das rodovias no Brasil ou no Estado de São Paulo poderão ter efeitos significativos sobre nossos negócios e resultado.

As nossas atividades consistem na exploração e operação do *Corredor Raposo Tavares* mediante o contrato de concessão firmado com o governo do Estado de São Paulo, cabendo à ARTESP a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas. Como consequência, se o Poder Concedente adotar medidas e regras mais rígidas quanto à Concessão a nós outorgada, não podemos assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais, de modo que tais mudanças podem afetar de forma adversa nossos negócios e resultados.

i) Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua.

Não aplicável, uma vez que não possuímos operações no exterior.

j) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a Companhia recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), com valor provisório atribuído de R$ 450 milhões, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes.

A Companhia não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que a ora Requerente deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contrapleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R$350 milhões.

Caso seja realmente instituída a arbitragem, somente com as evidências apresentadas durante o curso desta, os advogados da Companhia terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, pois nesse momento não há elementos suficientes para essa avaliação.

Eventual desfecho desfavorável à CART, pode gerar prejuízo significativo à Companhia, cujo valor só poderá ser apurado oportunamente.

4.2 - DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado.

Atualmente, não possuímos expectativa de aumento ou redução com relação à nossa exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Nós temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. São monitoradas constantemente mudanças nos cenários macroeconômico, político, tecnológico e setorial que possam influenciar as nossas atividades, por meio de acompanhamento dos seus principais indicadores de *performance.*

Adotamos procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição de nossos ativos e passivos, protegendo nossa rentabilidade e patrimônio.

Contudo, a redução de nossos riscos é vislumbrada, tendo em vista maturidade da operação, que evolui a cada ano, além da diminuição dos riscos da implantação do negócio, visto que nossos investimentos estão concentrados nos primeiros 7 (sete) anos de concessão, e a medida que entregamos as obras, os riscos inerentes a elas vão diminuindo, como por exemplo, o risco de terceirização de mão de obra e afins.

4.3 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS NÃO SIGILOSOS E RELEVANTES

4.3 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros.

Processo n° 1008149-02.2015.8.26.0047	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Assis
b. Instância	1ª instância
c. Data de Instauração	01.12.2015
d. Partes do Processo	Ministério Público do Estado de São Paulo X Concessionária Auto Raposo Tavares - CART
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R$ 11.498.607,18
f. Principais Fatos do Processo	Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público com pedido de tutela antecipada contra a CART, com o objetivo de se apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares localizado entre os municípios de Assis e Ourinhos. Em 22.02.2016, foi publicada decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada. O processo encontra-se em fase de instrução probatória, ainda sem decisão de mérito.
g. Possibilidade de Perda	Possível
h. Impacto em Caso de Perda do Processo	R$ 11.498.607,18
i. Valor Provisionado	Não há valor provisionado para este processo.

Processo n° 1005951-89.2015.8.26.0047	
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Assis
b. Instância	1ª instância
c. Data de Instauração	16.09.2015
d. Partes do Processo	Ministério Público do Estado de São Paulo X Concessionária Auto Raposo Tavares - CART
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R$ 2.322.221,24
f. Principais Fatos do Processo	Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público com pedido de tutela antecipada contra a CART, pleiteando a realização de obras com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo. Em 10.03.2016, foi deferido o pedido de tutela antecipada. Em 29.08.2016, foi juntada aos autos cópia do acórdão proferido nos autos do agravo de instrumento, o qual deu parcial provimento ao

	agravo, para o efeito de restringir a medida deferida apenas à área sob concessão da CART. Aguardando a apresentação do parecer técnico pelo Ministério Público acerca do cumprimento das obrigações pela CART no que se refere ao cumprimento da tutela antecipada. Ainda sem decisão de mérito.
g. Possibilidade de Perda	Possível
h. Impacto em Caso de Perda do Processo	R$ 2.322.221,24
i. Valor Provisionado	Não há valor provisionado para este processo.

4.4 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS NÃO SIGILOSOS CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SEJAM ADMINISTRADORES, EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES, EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia seja parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

4.5 - PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

4.5 Análise do impacto em caso de perda e dos valores envolvidos em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes em que seja parte e que não tenham sido divulgados acima.

4.6 - PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, NÃO SIGILOSOS E RELEVANTES EM CONJUNTO

4.6 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros.

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

4.7 Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

4.8 - REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM E DO PAÍS EM QUE OS VALORES MOBILIÁRIOS ESTÃO CUSTODIADOS

4.8 Informações sobre as regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem.

Item não aplicável à Companhia, pois a CART é sediada no Brasil e não possui valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar: a) política formalizada de gerenciamento de riscos da Companhia, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política; b) os objetivos e estratégias da políticas de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: i) riscos para os quais se busca proteção, ii) os instrumentos utilizados para proteção, e iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; e c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

5.2 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.2. Em relação aos riscos indicados no item 4.2, informar: a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política; b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, incluindo: i) riscos de mercado para os quais se busca proteção, ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge), iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge), iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos, v) instrumentos financeiros operados pela Companhia com objetivos diversos da proteção patrimonial (hedge) e quais seus objetivos, vi) estrutura organizacional da Companhia e controle de gerenciamento de riscos de mercado, e c) adequação da estrutura operacional e controles internos da Companhia, para verificar a efetividade da política adotada.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

5.3 - DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.3. Em relação aos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar: a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las, b) as estruturas organizacionais envolvidas, e c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos e regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

O relatório dos auditores independentes não apontou nenhuma deficiência ou recomendação acerca dos controles internos da Companhia.

e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Item não aplicável.

5.4 - ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

5.5 - OUTRAS INF. RELEV. - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

6.1/6.2/6.4 - CONSTITUIÇÃO DO EMISSOR, PRAZO DE DURAÇÃO E DATA DE REGISTRO NA CVM

Data de constituição do emissor:	12/11/2008	País de constituição:	Brasil
Forma de constituição do emissor:	Sociedade Anônima		
Prazo de duração:	16/03/2039	Data de registro CVM:	22/11/2010

Powered by MZiQ

6.3 - BREVE HISTÓRICO

6.3 Breve histórico.

Em outubro de 2008, o consórcio formado pelas empresas Construtora OAS Ltda. ("Grupo OAS") e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("INVEPAR") venceu a concorrência pública internacional para exploração da concessão das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares, realizado pelo Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP").

A fim de explorar a concessão, fomos constituídos em 12 de novembro de 2008, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, por empresa do grupo OAS e INVEPAR, como uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado "Corredor Raposo Tavares", localizado no Estado de São Paulo, que liga o município de Bauru ao de Presidente Epitácio. O Corredor Raposo Tavares é composto pelas rodovias SP-225 (Rodovia João Baptista Cabral Rennó, que liga Bauru a Santa Cruz do Rio Pardo), SP-327 (Rodovia Orlando Quagliato, que liga Santa Cruz do Rio Pardo a Ourinhos) e SP-270 (Rodovia Raposo Tavares, que liga Ourinhos a Presidente Epitácio), e acessos ("Corredor").

O Corredor, com mais de 444 quilômetros de extensão, sendo 388 quilômetros de eixo principal e 56 quilômetros de acessos, percorre 34 municípios, sendo 27 deles no eixo principal e 7 em vicinais, com forte potencial econômico e é uma das principais vias de ligação entre o Estado de Mato Grosso do Sul e o Estado de São Paulo e a toda Região Sul do País, sendo um importante corredor de escoamento da produção agrícola de Mato Grosso do Sul.

Além de administrar o Corredor Raposo Tavares (444 km), também tem como obrigação realizar a conservação especial e manutenção de 389,78 quilômetros de rodovias vicinais, estes serviços consistem na restauração do pavimento, dispositivos de segurança, sinalização e obras de artes especial (OAEs) e na manutenção rotineira dos elementos rodoviários.

O contrato de concessão, com duração de 30 anos, foi assinado em 16 de março de 2009, e já em 17 de março de 2009, iniciamos as operações nas rodovias, disponibilizando aos usuários os serviços de atendimento referentes a socorro médico e socorro mecânico. Na mesma oportunidade, iniciamos, também, a execução do programa de recuperação emergencial das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, chamado de Programa Intensivo Inicial (PII), o qual foi concluído após 8 meses, em novembro de 2009.

Em 3 de agosto de 2009, a empresa do grupo OAS que detinha ações de nossa emissão vendeu para a INVEPAR todas as ações que detinha no nosso capital, com exceção de 1 ação ordinária.

Em dezembro de 2009, inauguramos nove praças de pedágio ao longo do trecho concedido, sendo que duas delas foram em substituição as já existentes, dando continuidade à arrecadação que culminou em uma receita líquida de pedágio e acessória de R$23,7 milhões em 2009, sendo que, em 2010, com o ciclo

completo de 12 meses de arrecadação, atingimos uma receita líquida de pedágio e acessória de R$159,1 milhões. Desde então o valor da receita líquida de pedágio e acessória tem crescido, sendo R$ 177,8 milhões, R$ 203.273 milhões, R$ 230.720 milhões, nos anos de 2011, 2012 e 2013 respectivamente, tendo terminado o último exercício social com o valor de R$ 248.700 milhões.

Em 22 de novembro de 2010, obtivemos registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Entre 2009 e 2011, captamos recursos para fins de financiar nossas atividades por meio da emissão de notas promissórias e debêntures públicas com esforços restritos, bem como por meio de obtenção de financiamento junto ao BNDES, sendo que em 2012 quitamos o valor referente a essa primeira emissão de debêntures públicas com esforços restritos, com a segunda emissão de debêntures públicas em regime de garantia firme de colocação. Para mais informações, ver Seções 18 e 10.1 (d), respectivamente, deste Formulário de Referência.

Em 01 de março de 2012, a empresa do Grupo OAS que era nossa acionista direta cedeu para INVEPAR 1 ação ordinária de nossa emissão, o que tornou a INVEPAR a nossa única acionista direta. A INVEPAR por sua vez, tem como acionistas (i) 3 sociedades do Grupo OAS; (ii) BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações, fundo exclusivo da PREVI; (iii) a PETROS; e a (iv) FUNCEF. Cada um dos referidos acionistas de nossa controladora detém, aproximadamente, 25% do capital votante desta. Para maiores informações ver Seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Realizamos em 15 de dezembro de 2012 a Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400. Foram emitidas 750.000,00 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). A emissão se deu em duas (2) séries, sendo que para a Primeira Série foram emitidas 380.000 (trezentas e oitenta mil) Debêntures no âmbito da Lei 12.431/11 e para a Segunda Série forma emitidas 370.000 (trezentas e setenta mil) as quais não contaram com os benefícios da Lei na Lei 12.431/11.

O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024, data em que será devido o Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), acrescido do saldo da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão). O pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser realizado em uma única parcela, na data de vencimento.

6.5 - INFORMAÇÕES DE PEDIDO DE FALÊNCIA FUNDADO EM VALOR RELEVANTE OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

6. Histórico do Emissor

6.5 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

A Companhia não foi objeto de qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

6.6 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

7.1 - DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

7 Atividades da Companhia

7.1 Atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, sumariamente

Nós celebramos em 16 de março de 2009, o Contrato de Concessão Rodoviária nº 002/ARTESP/2009, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), conforme Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008. O Contrato de Concessão possui por objeto a concessão da exploração do "Corredor Raposo Tavares". A concessão consiste na execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, no apoio e na execução de serviços não delegados e na gestão dos serviços complementares, mediante a cobrança de tarifas de pedágio. O prazo contratual é de 30 anos, sendo permitida a alteração do prazo na hipótese de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O corredor Raposo Tavares se estende desde a cidade de Bauru até a divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, totalizando 444 km de extensão, e sendo composto pelas rodovias SP-225 (João Baptista Cabral Rennó), SP-327(Orlando Quagliato) e SP-270 (Raposo Tavares).

O objeto da concessão é a exploração do conjunto de pistas de rolamento do sistema rodoviário denominado "Corredor Raposo Tavares", suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: (i) SP-225 - João Baptista Cabral Rennó - km 235+040 a km 317+800, acesso: SPA 247/225 – Piratininga, SPA 277/225 – Paulistânia; (ii) SP-327 - Orlando Quagliato - km 0+000 a km 32+433, acessos: SPA 007/327 – Santa Cruz do Rio Pardo, SPA 026/327 – Ourinhos; e (iii) SP-270 - Raposo Tavares - km 381+703 a km 654+730, acessos: SPA392/270 – Salto Grande, SPA 424/270 – Platina, SPA 440/270 – Assis, SPA 441/270 – Assis, SPA 471/270 – Maracaí, SPA 552/270 – Regente Feijó, SPA 553/270 – Anhumas, SPA 576/270 – Álvares Machado, SPA 586/270 – Presidente Bernardes, SPA 597/270 – Santo Anastácio, SPA 608/270 – Piquerobi, SPA 619/270 – Pres. Venceslau, SPA 634/270 – Caiuá, SPA 637/270 – Caiuá, SPA 652/270 – Presidente Epitácio.

E ainda, realiza a conservação especial e manutenção de 389,78 quilômetros de rodovias vicinais, a seguir: (i) na rodovia SP-225 - João Baptista Cabral Rennó: Paulistânia – PST 035 – 2,87 km, Santa Cruz do Rio Pardo – SCD 328 – 12,06 km, Santa Cruz do Rio Pardo – SCD 354 – 1,59 km, Santa Cruz do Rio Pardo – SCD 005 – 2,61 km, Santa Cruz do Rio Pardo – SCD 314 – 12,02 km; (ii) na rodovia SP-327 - Orlando Quagliato: São Pedro do Turvo – SPT 035 – 4,38 km, Ourinhos – OUR 118 –9,25 km, Ourinhos – OUR 020 –5,87 km, Ourinhos – OUR 322 –1,53 km; e (iii) na rodovia SP-270 - Raposo Tavares: Salto Grande – SGR 139 –7,62 km, Ribeirão do Sul – RBS 060 – 4,51 km, Ibirarema – IBM 122 – 9,87 km, Ibirarema – IBM 324 – 0,69 km, Campos Novos Paulistas – CNP 050 – 14,16 km, Palmital – PMT 317 – 1,44 km, Assis – ASS 245 – 7,14 km, Platina – PNT 075 – 11,59 km, Maracaí – MRC 138 – 5,72 km, Maracaí – MRC 060 – 0,89 km, Tarumã – TRM 308 –10,35 km, Rancharia – RHR 281 –4,34 km, Rancharia – RHR 154 –16,49 km, Paraguaçu Paulista – PGP 265 – km 21,03, Presidente Prudente – PSP 397 – 8,04km, Álvares Machado – AVM 030 – 16,23 km, Álvares Machado – AVM 075 – 3,17 km, Presidente Bernardes – PSB 040 – 22,57 km, Santo Anastácio – SAS 055 – 1,17 km, Santo Anastácio – SAS 393 – 27,37 km,

Mirante do Paranapanema – MPR 311 – 14,62 km, Presidente Venceslau – PSV 040 – 17,99 km, Presidente Venceslau – PSV 253 – 1,15 km, Marabá Paulista – MBP 173 – 15,92 km, Marabá Paulista – MBP 023 – 15,34 km, Marabá Paulista – MBP 322 – 4,71 km, Presidente Epitácio – PSE 050 – 4,11 km, Presidente Epitácio – PSE 174 – 61,85 km, Presidente Epitácio – PSE 341 – 3,70 km, Teodoro Sampaio – TDS 328 – 1,72 km, Teodoro Sampaio – TDS 152 – 2,136 km. Este serviço consiste em restauração do pavimento, dispositivos de segurança e sinalização.

O mapa abaixo mostra a localização do sistema rodoviário administrado por nós, incluindo as vicinais:



Estamos obrigados a cumprir com todos os termos e condições estipulados no contrato de concessão. Genericamente, estamos obrigados a (i) prestar garantia ao cumprimento integral de nossas obrigações nos termos do contrato de concessão; (ii) manter seguro adequado; (iii) obter financiamento adequado para a execução dos serviços; (iv) manter atualizados os registros dos bens da concessão; e (v) divulgar ao Poder Concedente as informações referentes à execução e administração dos serviços. Além disso, nos cabe promover desapropriações e instituir servidões administrativas necessárias à realização dos serviços compreendidos pelas funções de ampliação, vinculados à concessão.

Por fim, temos o direito de usar os bens pertencentes ao Poder Concedente, necessários à prestação dos serviços contemplados no contrato de concessão, incluindo a rodovia e todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema rodoviário (os "bens

da concessão"). Somos responsáveis pela manutenção dos bens da concessão e obrigados a devolvê-los em boa condição operacional ao Poder Concedente ao término do prazo de concessão.

Investimentos

Em 2016, visando a implementação de melhoria da adequação da via e com o objetivo de proporcionar maior segurança e conforto aos usuários a CART concluiu o reforço estrutural dos alargamentos nos dispositivos localizados na SP 270 (rodovia Raposo Tavares) nos quilômetros 585+700 585+900, realizou a manutenção do pavimento e colocação de sinalização no alargamento dos quilômetros 585+700 e 585+900, implantou 3 bases móveis para pesagem de caminhões dispostas na SP-225 (rodovia João Baptista Cabral Rennó) nos quilômetros 245+500, 271+000 e na SP 270 (rodovia Raposo Tavares) no quilômetro 588+050, possibilitando o controle e monitoramento dos veículos de cargas que trafegam no Corredor CART, mitigando impactos de sobrepeso que impactem na vida útil do pavimento; executou o sistema de drenagem no quilômetro 244 (oeste) da SP-225 (rodovia João Baptista Cabral Rennó), na SP 270 (rodovia Raposo Tavares) construiu o dispositivo no quilômetro 516, no município de Rancharia, realizou a manutenção e reparo nos quilômetros 604, 605 e 610, em cumprimento ao plano de investimentos da concessão, visando melhorar a fluidez do tráfego, realizou a execução de 4 dispositivos localizados nos quilômetros 435+400, 441+800, 443+300 e 446+200, concluiu o dispositivo do quilômetros 634, e na SP-225 (rodovia João Baptista Cabral Rennó) a marginal no quilômetros 241+200 ao 241+700, (Estância Aguas Virtuosas).

Além disso, realizou a construção de 2 bases para Polícia Militar Rodoviária, na SP 270 (rodovia Raposo Tavares), nos quilômetros 509+130 e km 616+500, respectivamente em Rancharia e Presidente Venceslau, obras de melhoria no conforto dos encontros de 9 dispositivos ao longo do Corredor CART, nos quilômetros 652+200 (oeste), 403 (oeste e leste), 411 (oeste e leste), 424 (oeste e leste), 431 (oeste), 386 (leste) da SP 270 (rodovia Raposo Tavares), e na SP-327 (rodovia Orlando Quagliato) nos quilômetros 11 (norte e sul), 16 (norte e sul) e 20 (leste), a manutenção do pavimento utilizando técnica de asfalto borracha (TSD), e na SP 270 (rodovia Raposo Tavares), nos quilômetros 630 ao 633+500 e no quilômetro 646+500 ao 649+900, 18.990 metros de drenagens recuperadas e implantadas, 700.743 metros de limpeza de drenagem e desobstrução, recuperação de 38 pontos de erosão e a recuperação de 6 obras de arte especiais.

Também foram realizados investimentos em sinalização e dispositivos de segurança, com a reimplantação de 144,32 mil tachas refletivas, executadas 249,06 mil m² de pinturas de sinalização, implantadas 3.825 placas de sinalização e 52.021 metros e defensas metálicas, além de 375 atenuadores de impacto.

Meio Ambiente

No ano de 2016 foram realizados inúmeros investimentos relacionados ao meio ambiente como a recuperação de 64 pontos de erosão, plantio de 98 mil mudas e ainda diversas iniciativas como: convênio com hospital médico-veterinário para recuperação e reabilitação de animais silvestres e domésticos,

reutilização de material fresado, conscientização ambiental de colaboradores, controle da fumaça preta em toda a frota diesel própria e de terceiros, gerenciamento de resíduos, utilização de tintas à base de água, em toda a sinalização utilizadas nas rodovias, preservando assim o meio ambiente.

Gestão e Controles Internos

O Organismo Certificador ABNT recomendou a recertificação do Sistema de Gestão CART nas normas internacionais ISO 9001:2015 (Gestão de Qualidade), ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18001:2007 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional). O Modelo de Gestão demonstrou a aderência aos padrões normativos e a utilização das premissas desses padrões em benefício dos nossos clientes, poder concedente, colaboradores, acionistas e demais partes interessadas.

A recertificação reflete o amadurecimento do sistema de gestão na busca pelo aperfeiçoamento contínuo da CART no atendimento das expectativas das partes relacionadas, na responsabilidade com o Meio Ambiente e com a Saúde e Segurança do Trabalhador. O modelo de gestão CART é um sistema que alinha toda a estratégia corporativa da organização, permitindo agilidade nos processos, mitigação de riscos, compliance das operações e foco nos resultados operacionais.

A CART também está solidificando a gestão de controles internos. Com execução de testes periódicos para avaliar a capacidade das respostas em mitigar os riscos corporativos e execução de planos de mitigação, a CART fortaleceu seus processos e controles para garantir o atendimento ao Plano Estratégico da Companhia.

O Planejamento Estratégico a CART passou pela primeira revisão em 2016, através da reavaliação dos objetivos estratégicos e a capacidade dos projetos em atender a visão de longo prazo da Cia. Diante disso, CART reiterou sua Missão, Visão e Valores até 2020: (i) Para que existimos: Prestar serviços eficientes na operação do Corredor CART, gerando resultados crescentes e sustentáveis para a sociedade, clientes e acionistas; (ii) O que queremos em 2020: Ser o caminho preferido de pessoas e empresas; e (iii) Nosso jeito de ser: Segurança em tudo o que fazemos, respeito, ética e transparência em todas as nossas relações, atitude de dono, empreendedorismo e inovação, orientação para resultados, desenvolvimento de pessoas e trabalho em equipe, responsabilidade social e ambiental.

O desdobramento do plano estratégico foi concluído em toda a Companhia, garantindo assim o alinhamento em todos os níveis da CART. A ferramenta de acompanhamento de indicadores continua sendo uma poderosa ferramenta de desdobramento e alinhamento estratégico, disciplinando a execução dos ritos de gestão e resultados do negócio.

No ano de 2016 a CART estruturou seu escritório de projetos, estruturando a reunião da Diretoria de Projetos, tendo realizado o acompanhamento de 96 projetos de diversas áreas, com orientações quanto às boas práticas de gestão de projetos em todas as suas fases.

Realizou 4 workshops sobre Gerenciamento de Projetos, 2 treinamentos de gerenciamento de riscos e 3 treinamentos sobre o MS Project.

Ética e Transparência

Há aproximadamente 4 anos o Grupo Invepar implementou um Código de Ética único, que reflete seus valores e princípios, com o objetivo de orientar a conduta profissional de todos os colaboradores, inclusive a alta direção.

Este Código reúne o conjunto de valores que refletem elevados padrões éticos e morais, de forma a assegurar credibilidade e excelente reputação junto aos mercados em que atua, visando prevenção de irregularidades, desvios e atos ilícitos.

O Código foi revisado em 2014, implementando a Lei 12.846, voltada ao combate à corrupção e fortalecendo a prática de compliance. Em paralelo foi lançado o canal de denúncias gerenciado por empresa externa e especializada, com o objetivo de garantir o sigilo das denúncias. E recentemente, no ano de 2017 o documento foi remodelado, com o objetivo de orientar de forma eficiente as atividades diárias, além de fortalecer os princípios norteadores do Grupo Invepar.

A Invepar e as concessionárias Lamsa, Litoral Norte (CLN), Raposo Tavares (CART), Bahia Norte (CBN), MetrôRio, Gru Airport e Via 04 assinaram em 09 de dezembro, dia mundial de combate a corrupção, o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, juntando-se a outras mais de 400 empresas que têm por objetivo a promoção de um mercado mais íntegro e ético e divulgam essa atitude entre seus públicos de interesse.

A assinatura do Pacto foi realizada em cerimônia conjunta na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, com a presença do presidente da Invepar, executivos da holding, além dos principais executivos de outras empresas do grupo. Também esteve presente o diretor executivo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Caio Magri.

Governança Corporativa

A CART adotou um padrão diferenciado de práticas de governança corporativa e sustentabilidade. A Governança Corporativa está alicerçada nos pilares da (i) transparência, com uma política de divulgação de informações aprovada pela Companhia e ratificada por todos os administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração); (ii) equidade, com a realização de reuniões prévias, com a disponibilização de toda a matéria a ser aprovada posteriormente pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral; (iii) prestação de contas, com a contratação de auditoria independente com vasta expertise no assunto, que audita os balanços e demonstrações financeiras da empresa, antes da apreciação das contas pela Assembleia

Geral e (iv) responsabilidade corporativa, estabelecendo sempre relação de confiança entre seus stakeholders, além de desenvolver diversos projetos nas áreas ambiental e de desenvolvimento social projetos que visam proteger e preservar o meio ambiente e desenvolvimento regional.

Dentre as práticas de governança corporativa, a CART adota as seguintes: (i) manutenção e divulgação de registro informando a quantidade de ações relativas a cada sócio; (ii) contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência; (iii) Estatuto Social claro quanto à: (a) forma de convocação de assembleia geral; (b) competências do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e (c) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; (iv) transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração; (v) resolução de conflitos que possam surgir entre a CART, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal por meio de arbitragem a ser conduzida pela Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA.

Tecnologia da Informação e Sistemas

Implantação das normas de segurança da informação, visando assegurar dados importantes para a CART, desenvolvimento de sistema para análise de fluxo de veículo equivalente pagante (VEP) nas 9 praças de pedágio, aumento da capacidade do link de telefonia VOIP (Voice over Internet Protocol).

Tarifas e Praças de Pedágio

Conforme o Edital de Licitação, a concessão possui 9 praças de pedágio com cobrança nos dois sentidos de tráfego, 1 centro de controle operacional e 12 bases de atendimento ao usuário. A tarifa ofertada no Leilão foi de R$0,064660 por quilômetro em pista simples e de R$ 0,090525 em pista dupla, representando uma redução de 16,11% da tarifa máxima do edital. A partir de julho de 2016, as tarifas praticadas são de R$0, 100628 por quilômetro em pista simples e de R$0,140879 em pista dupla, face aos ajustes anuais concedidos pelo Poder Concedente, indexados ao IPCA.

O sistema de arrecadação é baseado em praças do tipo "barreira", onde cada praça de pedágio corresponde a determinada extensão rodoviária e dos acessos à disposição do usuário, chamado "trecho de cobertura da praça de pedágio" ("TCP").

As tarifas de pedágio cobradas são baseadas em categorias de veículos, aplicando-se um determinado fator multiplicador da tarifa básica a oito categorias de veículos. A classificação é feita de acordo com o número de eixos do veículo, sendo que um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. As tarifas cobradas variam de praça a praça. As tarifas cobradas em cada praça de pedágio não variam durante os dias da semana.

Receita Líquida de Pedágios e Acessórias

A tabela abaixo mostra nossa receita líquida de pedágios e acessórias referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

(R$ mil)	**2016**	**2015**	**2014**
Receita Líquida de Pedágios e Acessórias	291.951	270.630	248.700

Volume de Tráfego

Nós medimos o volume de tráfego no Corredor Raposo Tavares em termos do número total de eixos-equivalentes pedagiados. A unidade eixo-equivalente é uma medida de volume de tráfego pedagiado.

O tráfego de eixos-equivalentes nas nossas rodovias foi de 49,8 milhões em 2016, ou seja, 5,8% abaixo dos 52,8 milhões registrados em 2015.

Sistema para Cobrança de Pedágios

O Sistema para a Cobrança de Pedágios compreende a operação dos postos de arrecadação durante 24 horas por dia, controle do tráfego de veículos e o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados. Este sistema é homologado e certificado por órgão indicado pela ARTESP, permitindo a este órgão fiscalizador a coleta de informações on-line.

O sistema possui dois módulos de operação de cobrança de pedágio nas rodovias: o módulo manual e o automático (*Automatic Vehicle Identification*ou ou "AVI"). O sistema manual exige que o motorista pare na praça de pedágio e pague a tarifa correspondente à categoria de seu veículo, conforme classificação visual identificada pelo arrecadador e validada pelos sensores de pistas. O módulo manual permite o recebimento em espécie, cupons vale pedágio e cartão vale pedágio, e representou 39,63% da receita apurada no exercício de 2016.

O vale pedágio (cupom ou cartão) é uma forma de pagamento utilizada nas praças de pedágio de todo o país por algumas empresas que antecipam o pagamento dos pedágios para seus motoristas, no intuito de atender a uma determinação do Ministério dos Transportes. A utilização deste meio de pagamento representa na receita do módulo manual 6,66% do total e nos onera em uma taxa de 1,6% por transação.

O módulo AVI, por sua vez, requer a utilização de uma etiqueta eletrônica (TAG) no parabrisa do veículo que o identifica e reconhece sua respectiva categoria. Ao passar por uma praça de pedágio que disponha do

módulo de cobrança AVI, antenas captam os sinais emitidos pela TAG e os sensores validam a presença do veículo, registrando o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo. Os dados de cada praça de pedágio são adicionados aos das demais praças e posteriormente debitados na conta corrente ou no cartão de crédito do proprietário do veículo uma vez ao mês. Na eventualidade de tal proprietário permanecer inadimplente, o número do seu respectivo sensor é identificado de forma a impedir a passagem de seu veículo na praça de pedágio com a utilização do sistema AVI. O módulo AVI em operação, denominado "Pista Automática", é compatível com o sistema das demais concessionárias do Estado de São Paulo e de algumas das concessionárias federais.

O módulo AVI traz diversas vantagens, na medida em que representa economia de tempo e maior conveniência para o motorista, bem como uma redução dos nossos custos operacionais. O módulo AVI não implica riscos adicionais de cobrança para nossas operações eis que eventual inadimplência dos usuários é suportada pelas operadoras de serviços de arrecadação ("OSAs"). O módulo AVI representou 60,37% da receita apurada no exercício de 2016.

Pontos Fortes

Nossos principais pontos fortes são:

Experiência e conhecimento do acionista controlador. Nosso acionista controlador, a INVEPAR, é uma sociedade *holding* que tem por objetivo o investimento voltado para projetos de infraestrutura de transportes, no Brasil e exterior, com foco em gestão e operação de rodovias, sistemas de mobilidade urbana, portos e aeroportos. A INVEPAR possui vasta expertise em administração de rodovias, pois em 2016 trafegaram pela malha rodoviária administrada 294 milhões de veículos equivalente pagantes e, por meio de suas concessões, administrou 2.365 quilômetros de rodovias, passando a 2.340 quilômetros com a venda da LAMSAC. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. ("LAMSA"), Concessionária Litoral Norte S.A ("CLN"), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"), Concessionária Bahia Norte S.A ("CBN"), Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"), Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"), a Concessionária BR 040 S.A. ("Via 040"). Administrou a Línea Amarilla S.A.C., em Lima, até o dia 20 de dezembro de 2016. No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport") e tem como sócios a Airports Company South Africa ("ACSA") e a Infraero. GRU Airport consolidou-se como o maior aeroporto da América Latina em volume de passageiros, movimentou mais de 37 milhões de passageiros em 2016. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio") e a Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), ambas na cidade do Rio de Janeiro.

Além das concessões mencionadas, a Invepar possui outras duas empresas: (a) MetrôBarra S.A. ("MetrôBarra"), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que são utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro, com entrada em operação no dia 30

de julho de 2016 para uso exclusivo da "Família Olímpica", sendo que no dia 19 de setembro de 2016, iniciou-se a operação para a população. A construção é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração da Linha 4. O MetrôRio é o prestador de serviços para a operação da Linha 4; e (b) PEX S.A. - "Passe Expresso", empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, com foco em concessões do grupo Invepar - LAMSA, CBN, CLN, CRA e CRT – e também na Rota dos Coqueiros (PE), Via Lagos, Ponte Rio-Niterói e Shopping Via Parque. No dia 7 de novembro de 2016, foi decidido a sua descontinuidade operacional.

O fato de contarmos com a experiência e conhecimento técnico de nosso acionista controlador nos permite aproveitar as melhores práticas desenvolvidas em diferentes mercados.

Rodovias localizadas em áreas estratégicas. Acreditamos que nossas rodovias têm uma importância estratégica para a economia dos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois formam um importante corredor de escoamento de toda a produção agrícola da Região, sendo importante corredor de ligação com os Portos de Santos/SP e Paranaguá/PR. Além disso, o agronegócio tem estimulado o crescimento dos pequenos e médios municípios localizados ao longo do nosso Corredor, ocasionando, consequentemente, o aumento do trânsito de veículos de passeio pela região, em razão do progressivo crescimento das atividades comerciais locais, circunstância que tem proporcionado um volume crescente de arrecadação em nossas praças de pedágio.

Modernas praças de pedágio. Utilizamos uma rede de comunicação via fibra óptica com redundância via rádio em nosso sistema de arrecadação de pedágio que nos permite manter inalterados nossos serviços na eventualidade de um rompimento da rede de comunicação existente. Além disso, todas as nossas cabines de cobrança possuem passagem ao centro de controle pelo subsolo, evitando a movimentação dos colaboradores pela via de tráfego, contando, ainda, com eficiente e moderno sistema de ar condicionado. Trata-se de medida que contribui para a segurança dos nossos colaboradores e dos usuários da via, inexistindo registro de acidentes envolvendo pessoas que façam o trajeto das cabines de pedágio para o centro de controle. Além disso, a transferência dos valores arrecadados se dá por meio de duto de compressão ligando a cabine de arrecadação diretamente ao cofre localizado no centro de controle da praça de pedágio. A adoção desta tecnologia nos permitiu uma diminuição nos custos operacionais de arrecadação em razão da redução do número de colaboradores, dada a maior eficiência desse sistema, também proporcionou maior facilidade em rastrear as declarações de arrecadação e realizar os procedimentos de conferência de recebimentos. Essa tecnologia é também mais segura, pois reduz o tempo de permanência do numerário arrecadado dentro das cabines.

Mão-de-obra extremamente treinada e qualificada. Temos como prática a constante capacitação de nossos colaboradores. Para tanto, investimos em 2016 cerca de R$ 202 mil reais em treinamentos, o que representa aproximadamente 14 mil horas/homem treinados, entre colaboradores próprios e terceirizados. Proporcionamos aos nossos colaboradores programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional com

foco no desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, alinhados aos objetivos estratégicos da organização.

Adotamos um padrão diferenciado de práticas de governança corporativa e sustentabilidade. A Governança Corporativa está alicerçada nos pilares da (i) transparência, com uma política de divulgação de informações aprovada pela Companhia e ratificada por todos os administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração); (ii) equidade, com a realização de reuniões prévias, com a disponibilização de toda a matéria a ser aprovada posteriormente pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral; (iii) prestação de contas, com a contratação de auditoria independente com vasta expertise no assunto, que audita os balanços e demonstrações financeiras da empresa, antes da apreciação das contas pela Assembleia Geral e (iv) responsabilidade corporativa, implementando nas áreas ambiental e de desenvolvimento social projetos que visam proteger e preservar o meio ambiente e desenvolver a região. Além disso, um dos nossos compromissos é com o meio ambiente. Promovemos ações em prol do desenvolvimento sustentável, visando um futuro melhor às novas gerações e reduzindo significativamente o impacto ambiental de nossas atividades. Entre essas ações, destacam-se os projetos elencados no item 7.9.

Estratégia

Nossa estratégia é buscar constantemente a satisfação dos usuários e do Poder Concedente, e dessa forma fortalecer ainda mais a nossa imagem, sempre superando as metas estabelecidas por nossos acionistas. Para isso, somos focados na manutenção e permanente busca de novos usuários, bem como na crescente satisfação com os serviços prestados, o que pretendemos alcançar por meio das estratégias abaixo.

Contínua melhoria das condições físicas das rodovias que integram o Corredor Raposo Tavares. As rodovias que integram o Corredor estão frequentemente sob manutenção em sua pavimentação, sinalização viária, sistemas de drenagem, obras de artes especiais e edificações sempre visando o conforto e a segurança dos usuários, além da satisfação do Poder Concedente. Isso se evidencia através da constante manutenção de nossas vias, mediante o recapeamento de trechos danificados, substituição de placas de sinalização viária, realização de obras de arte especiais e edificações. Executamos obras de implantação de acostamentos, de duplicação dos trechos de pista simples da rodovia, melhoramento de dispositivos existentes e implantação e melhoria da sinalização viária, de passarelas, pontos de ônibus.

Contínua implantação de programas voltados à saúde, segurança e meio ambiente. A CART realiza a gestão do clima organizacional, relançando em 2014 o Programa "Viva Bem", com ações de qualidade de vida mais abrangentes embasadas em 7 pilares, são eles: Saúde, Social, Emocional, Ambiental, Intelectual, Financeiro e Cultura e Lazer, que visam proporcionar mais qualidade de vida e saúde aos nossos colaboradores e suas famílias estas práticas favorecem o ambiente de trabalho para superação de desafios e continuidade do negócio.

Nosso Mercado de Atuação

De acordo com dados divulgados em 07 de março de 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro no ano de 2016 foi de -3,6%, enquanto que no ano de 2015 foi de -3,8%. Em 2016, houve recuo de 2,7% nos serviços, 3,8% na indústria, e 6,6% na agropecuária, este último um setor de bastante relevância para nosso negócio, já que o Corredor Raposo Tavares é uma das principais rotas de escoamento de commodities agrícolas, sobretudo a soja e o milho produzidos na região centro-oeste do Brasil, que têm como destino os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), as produções de soja e milho na safra 2015/2016 sofreram redução de 0,8% e 21,4% respectivamente, em relação à safra 2014/2015.

Segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), o fluxo total de veículos nas estradas pedagiadas do Brasil acumulou uma queda de 3,6% em 2016, se comparado ao ano de 2015.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou inflação de 6,29% em 2016, 4,4 p.ps. abaixo se comparado a 2015, quando apresentou uma inflação de 10,67%.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) reduziu ao longo de 2016 a taxa Selic de 14,25% a.a. para 14,00% a.a., taxa divulgada em 19 de outubro de 2016, e que foi novamente reduzida em 30 de novembro de 2016 (para 13,75% a.a.), em 11 de janeiro de 2017 (para 13,00% a.a.), em 22 de fevereiro de 2017 (para 12,25% a.a.) e em 12 de abril de 2017 para os atuais 11,25% a.a. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), por sua vez, se manteve em 7,50% a.a. ao longo de 2016 e foi reduzida, findo primeiro trimestre de 2017, para 7,0%.

7.2 - INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS OPERACIONAIS

7.2 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) produtos e serviços comercializados
b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor
c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.3 - INFORMAÇÕES SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS RELATIVOS AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a) características do processo de produção
b) características do processo de distribuição
c) características dos mercados de atuação, em especial:
   (i) participação em cada um dos mercados
   (ii) condições de competição nos mercados
d) eventual sazonalidade
e) principais insumos e matérias primas, informando:
   (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
   (ii) eventual dependência de poucos fornecedores
   (iii) eventual volatilidade em seus preços

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.4 - CLIENTES RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL

7.4 Clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) montante total de receitas provenientes do cliente

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.5 - EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL NAS ATIVIDADES

7.5 Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.6 - RECEITAS RELEVANTES PROVENIENTES DO EXTERIOR

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.7 - EFEITOS DA REGULAÇÃO ESTRANGEIRA NAS ATIVIDADES

7.7 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

7.8 - POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

7.8 Em relação a políticas socioambientais, indicar: a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais, b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações, c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente, e d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

Somos uma subsidiária integral da INVEPAR, a qual é uma holding pura, que estabelece as diretrizes da atuação socioambiental e do investimento social privado para o grupo. Nas empresas, a gestão é de responsabilidade das áreas de RSE (Responsabilidade Social Empresarial), que constituem a rede de pontos focais.

A Gerência Executiva de Comunicação, Marketing e Sustentabilidade da Invepar estabelece as diretrizes da atuação socioambiental e do investimento social privado para o grupo.

Assumimos compromissos voluntários e pautamos nossas atividades por iniciativas nacionais e internacionais como o Pacto Global Rede Brasileira, o *GRI Global Reporting Initiatives*; Indicadores Ethos de Negócios Sustentáveis; GIFE pelo Impacto do Investimento Social e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A Invepar adotou os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis como ferramenta de diagnóstico das práticas de gestão nas empresas do grupo. O processo de autoavaliação é bianual e resulta na elaboração de Planos de Melhoria Contínua que são implementados pelos Comitês Internos de RSE das empresas. Participam dos Comitês diversas áreas funcionais.

Desde 2010, a Invepar e o Instituto Invepar são signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que prescreve a adoção nos negócios de dez princípios nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com a adesão da LAMSAC ao Pacto, em 2015, todas as empresas 100% Invepar passaram a comprometer-se com a iniciativa.

A Invepar publica desde 2012, seu Relatório Anual segundo diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*. O Relatório Anual da Companhia de 2016 pode ser acessado em seu website, no endereço: http://ri.invepar.com.br/rao2016/

Em 2015 foi estabelecida a Política de Sustentabilidade Invepar, com o objetivo de desenvolver a gestão sustentável e responsável nas suas concessões. As diretrizes da nova política permitem tornar o Grupo cada vez mais preparado para gerenciar riscos em suas operações, atender às crescentes exigências de acionistas e investidores em questões ambientais, sociais e de governança, gerenciar as pressões da sociedade em temas socioambientais, identificar oportunidades de negócio e inovação, e, finalmente, ampliar a reputação e apreciação dos públicos de relacionamento com a Companhia.

Desde 2012, o Instituto Invepar e as empresas do grupo Invepar apoiam projetos socioambientais, selecionados através de Edital de Seleção. O processo concede apoio técnico e financeiro às iniciativas que colaboram para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela ONU em 2015, prioritariamente nas áreas de maior vulnerabilidade social localizadas no entorno das concessões do Grupo. Outra iniciativa para promoção dos ODS foi o trabalho do MetrôRio e o Instituto Invepar em parceria com a Agência do Bem. Foram realizados encontros mensais em 2016, que contaram com a participação de 127 lideranças comunitárias e de instituições sociais, que participam da Rede Comunitária do MetrôRio.

Em 2016, o Instituto Invepar e empresas controladas apoiaram os projetos selecionados através de Seleção Pública de Projetos Socioambientais. Foram:

58 projetos sociais, **80** comunidades, **10** municípios e mais de **74** mil pessoas beneficiadas.

R$5.451.472,29 sendo **R$2.562.602,82** com recursos diretos e **R$3.068.549,47** com recursos incentivados.

Para conhecer mais sobre o Instituto Invepar os projetos apoiados, acesse: **http://www.institutoinvepar.org.br**

[1]*Valores referentes a apenas as empresas controladas.*

7.9 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.9 Outras informações relevantes.

Relacionamento Comunitário / Responsabilidade Socioambiental / Políticas e Práticas de Recursos Humanos

Instituto Invepar e o Relacionamento Comunitário

Entidade criada em 2000, o Instituto Invepar orienta e apoia as iniciativas de Investimento Social Privado nas comunidades do entorno das empresas controladas. Ter e manter um bom relacionamento com as comunidades é uma busca constante do Grupo. As concessionárias, com o apoio do Instituto Invepar, usam uma metodologia de trabalho nos seus territórios que envolve, entre outros:

(i) Realização de pré–diagnóstico socioambiental e socioeconômico
(ii) Realização de plano de comunicação durante toda a implantação de um projeto e em áreas afetadas por obras
(iii) Implementação de ações compensatórias e de mitigação de impactos, inclusive em processos de desapropriações e reassentamentos
(iv) Identificação e mapeamento de atores locais e organizações formais e informais
(v) Definição de plano de relacionamento comunitário no entorno das concessões
(vi) Execução de projetos de investimento social, prioritariamente em áreas e comunidades de maior vulnerabilidade social (conheça abaixo os principais projetos apoiados)
(vii) Realização contínua de campanhas de sensibilização para temas sensíveis em nossas operações como, exploração sexual de crianças e adolescentes em rodovias, educação no trânsito e segurança viária, trabalho infantil no sítio aeroportuário, entre outros.

O relacionamento do grupo Invepar com a comunidade se dá por meio das empresas e suas iniciativas voltadas à convivência e ao diálogo constante junto às lideranças e moradores do entorno. As principais ações estão reportadas no Relatório Anual da Companhia sob o indicador GRI G4-SO1.

Responsabilidade Socioambiental

A CART tem realizado um forte trabalho de recuperação do meio ambiente em todo o trecho de concessão, com iniciativas como: (i) convênio com hospital médico-veterinário para recuperação e reabilitação de animais silvestres e domésticos; (ii) recuperação de 64 pontos de erosão; (iii) utilização de tintas à base de água nas obras de engenharia; (iv) reutilização de material fresado; (v) conscientização ambiental de colaboradores; (vi) doação de 15.000 mudas de árvores nativas à Prefeituras Municipais; (vii) manutenção da certificação da NBR ISO 14001:2004; (viii) realização do controle da fumaça preta em toda a frota diesel própria e de terceiros; (ix) gerenciamento de resíduos; e (x) implantação do programa de substituição de materiais que geram menos impacto ao meio ambiente através da utilização de materiais reciclados; (xi) realização de análises de potabilidade da água para consumo humano e

monitoramento da qualidade da água de 30 rios ao longo de sua concessão; (xii) atendimento a ocorrências de acidentes com produtos perigosos;

Em 2016, a CART iniciou, ainda, o Programa de Restauração Ecológica da Fazenda Nossa Senhora do Amparo, que contou com o plantio de 98 mil mudas e faz parte do Programa Nascentes do Governo do Estado de São Paulo; e também o Programa de Restauração Ecológica da Faixa de Domínio das Rodovias que administra, que receberá o plantio de 180 mil mudas, ambas como parte de compensações ambientais. Em relação à fauna, deu continuidade ao programa "Proteção à Fauna do Corredor Raposo Tavares", através da implantação de 17 mil metros de telas de condução de fauna e deu continuidade à parceria com o Centro Brasileiros de Estudos em Ecologia de Estradas que tem auxiliado a concessionária na identificação de pontos críticos de atropelamento de animais silvestres e na adoção de medidas para redução das ocorrências, contribuindo assim com a redução de 86% no índice de atropelamento da fauna silvestre nos trechos onde o programa já foi implantado pela Concessionária. Por fim, foram realizadas 15 capturas distribuídas em quatro Classes (Amphibia, Aves, Mammalia e Reptilia), durante todas as atividades de operação, no sistema viário das Rodovias João Batista Cabral Rennó (SP-225), Orlando Quagliato (SP-327) e Raposo Tavares (SP-270).

Desde 2009, a CART é signatária do Pacto Empresarial do Programa Na Mão Certa, assumindo publicamente o compromisso de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. Também é signatária do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas que mobiliza empresas para adoção de valores fundamentais, nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Desde 2012, mantém um Comitê Interno de Responsabilidade Socioambiental, e promove anualmente Workshops de Responsabilidade Socioambiental, que contam com a participação de stakeholders. Em conjunto com o Instituto INVEPAR, seleciona projetos socioambientais a serem implementados nas regiões abrangidas pelo Corredor CART e elabora o Relatório Anual com base na metodologia do Global Reporting Initiative (GRI). Também aplica anualmente o autodiagnostico dos Indicadores Ethos, onde avalia a aderência às questões relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade social na gestão da Companhia.

Em 09 de dezembro de 2016, dia mundial de Combate à Corrupção, a CART tornou-se signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, aderindo juntamente com a Invepar e demais empresas do Grupo ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa criada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. O Pacto consiste na assunção por seus signatários de um compromisso de divulgação da legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e stakeholders, zelando pelo cumprimento da legislação, com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético.

Visando uma aproximação maior junto aos usuários do Corredor CART, a Concessionária realizou 15 ações de Saúde & Cidadania nas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAUs), no SEST/SENAT e na base da polícia militar rodoviária (PMRV) de Presidente Prudente, com o objetivo de aproximar os motoristas a conhecerem os serviços da concessionária e orientar quanto aos cuidados com a Saúde. Dentro desta interface de saúde, em parceria com a Polícia Militar Rodoviária, a Concessionária passou a realizar em pontos estratégicos o evento intitulado Acorda Motorista, que tem como objetivo principal o caminhoneiro, além de oferecer testes de saúde, também recebem orientações sobre a importância dos cuidados com os equipamentos de segurança do caminhão, os que precisam de reparos nas faixas refletivas, recebem a troca gratuitamente no evento, no ano de 2016 participaram 1314 pessoas.

Realizou 30 palestras, atendendo um público de 5.407 pessoas entre escolas e empresas, com temas variados e com foco em Segurança no Trânsito e ainda apoiou 3 projetos socioambientais aprovados no Edital do Instituto Invepar, denominados Formando Talentos, Bora Correr e Seguindo em Frente, nos municípios de Bauru, Espírito Santo do Turvo, Ibirarema e Santo Anastácio.

Políticas e Práticas de Recursos Humanos

Nossa área de Recursos Humanos tem a missão de atuar como parceiro estratégico, assegurando um sistema de gestão de pessoas que valorize o potencial humano e um ambiente organizacional favorável a motivação das pessoas, engajando-as com os resultados do negócio.

As políticas e práticas são oriundas dos seguintes subsistemas da área: Recrutamento e Seleção, Treinamento e Desenvolvimento, Clima e Qualidade de Vida, Administração de Pessoal, Saúde e Segurança do Trabalho e Comunicação Interna.

Realizar a gestão do clima organizacional, promover ações de qualidade de vida, desenvolvimento e retenção do capital humano são compromissos da CART. A companhia entende que estas práticas favorecem o ambiente de trabalho para superação de desafios e continuidade do negócio.

O desenvolvimento do capital humano é um dos pilares estratégicos da CART. Para isso, é priorizada a contratação de mão-de-obra da região, seja ela própria ou de empresas parceiras. Também há investimento em treinamentos para capacitação e desenvolvimento dos colaboradores próprios e terceirizados. A CART encerrou o exercício de 2016 com 600 empregos diretos e 844 indiretos.

Por entender que as ações de desenvolvimento, quando alinhadas às diretrizes do negócio contribuem efetivamente para o atingimento de resultados, em 2016 a CART investiu aproximadamente 14 mil horas/homem de treinamentos para colaboradores próprios, o que representou cerca de R$ 202 mil em desenvolvimento.

A CART realiza a gestão do clima organizacional, tendo como principais ferramentas os Programas "Você com o RH", "Viva Bem" e "Consultoria Interna". O primeiro tem como principal objetivo o monitoramento do clima de trabalho por meio de comitês e visitas realizadas periodicamente, já o "Viva Bem" é composto por ações de qualidade de vida, desenvolvimento e retenção dos nossos talentos. A Consultoria Interna visa a aproximação do RH às áreas de negócio, apoiando os gestores e acompanhando efetivamente a performance dos colaboradores. Entendemos que essas práticas favorecem o ambiente de trabalho, o bem-estar físico e mental dos nossos colaboradores e, consequentemente, a superação de desafios.

Em 2016, a área de Comunicação Interna trabalhou diversas campanhas de endomarketing e institucionais nos 7 canais de comunicação existentes. Mais de 2.500 materiais foram produzidos para abordar temas como: qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho, meio ambiente, informativos da empresa, além de consolidar a cultura da empresa através do fortalecimento e disseminação da missão, visão e valores.

Descrição das relações mantidas com poder concedente, fornecedores e usuários

Para estimular melhorias constantes nos serviços prestados pelas Concessionárias do Estado de São Paulo, a partir de 2014, a ARTESP passou a premiar aquelas que obtiveram o melhor desempenho nas categorias que compõem o Prêmio "Concessionaria do Ano", incentivando a adoção de medidas e ações com o objetivo de garantir sempre os melhores caminhos para os usuários das rodovias concedidas. As categorias que compõem o Prêmio são: Relacionamento com a Sociedade, Eficiência dos Serviços Operacionais, Melhoria nas Rodovias, Segurança Rodoviária, Escolha do Usuário e Inovação.

No ano de 2016 a CART logrou-se vencedora de um prêmio oferecido pela ARTESP, na categoria "Relacionamento com a Sociedade", tendo sido ainda finalista em outras duas categorias "Segurança Rodoviária" e "Eficiência dos Serviços". O prêmio tem como objetivo incentivar a adoção de medidas de melhorias para os usuários das rodovias do Estado de São Paulo e compreende as categorias: Relacionamento com a Sociedade, Eficiência dos Serviços Operacionais, Melhoria nas Rodovias, Segurança Rodoviária, Escolha do Usuário e Inovação.

Nesta categoria vitoriosa, a ARTESP avalia as concessionárias por indicadores de Imprensa, Comunicação e Ouvidoria, levando em consideração aspectos como o percentual de retorno das Concessionárias às demandas registradas na Ouvidoria da agência, o relacionamento com a agência reguladora, com os usuários, por meio das respostas das demandas e formas de acesso da população à ouvidora. Foram considerados, ainda, os resultados obtidos pela assessoria de imprensa da Concessionária, além das ações educativas e campanhas de comunicação que as Concessionárias realizam para os usuários

Procuramos permanentemente disseminar nossos valores e práticas direcionados à gestão sustentável dos negócios.

Por sermos uma concessionária de serviços públicos, não temos clientes, mas sim usuários. O nosso relacionamento com fornecedores e usuários é norteado pelos princípios de integridade e transparência.

Mantemos com nossos fornecedores um relacionamento transparente e pautado pela valorização. Para selecioná-los, analisamos a qualidade do produto e/ou serviço, a disponibilidade e as condições comerciais. Ademais, seguimos critérios rigorosos na fase de qualificação, em que são checadas questões socioambientais, de saúde e segurança ocupacional e econômico-financeira, assim como a adequação à legislação e a conformidade com as licenças ambientais.

8.1 - AQUISIÇÃO/ALIENAÇÃO ATIVO RELEVANTE

8. Negócios Extraordinários.

8.1 Indicação de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Nós não realizamos operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - ALTERAÇÕES NA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS

8.2 Indicação de alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

Não houve alterações significativas na formação de condução dos nossos negócios.

8.3 - CONTRATOS RELEVANTES

8.3 Identificação dos contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nós não celebramos contratos relevantes que não estivessem diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

8.4 - OUTRAS INF. RELEV. - NEGÓCIOS EXTRAORD.

8.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

9.1 - BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES - OUTROS

9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial

a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização;
b) ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:
   (i) duração
   (ii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos
   (iii) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor
c) as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar
   (i) denominação social
   (ii) sede
   (iii) atividades desenvolvidas
   (iv) participação do emissor
   (v) se a sociedade é controlada ou coligada
   (vi) se possui registro na CVM
   (vii) valor contábil da participação
   (viii) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários
   (ix) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil
   (x) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados
   (xi) montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais
   (xii) razões para aquisição e manutenção de tal participação

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

9.1 - BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES / 9.1.a - ATIVOS IMOBILIZADOS

9.2 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9.2 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

10.1 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

10.1 Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras. A análise dos nossos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a nossa situação financeira. Os nossos Diretores não podem garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As nossas demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e crescimento do produto interno bruto.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 o capital circulante da Companhia foi negativo de R$ 81.629 mil e R$ 780.630 mil, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 a companhia apresenta capital circulante negativo de R$ 145.992 mil, conforme detalhado no item 10.1 (f) (iv).

Nossos Diretores entendem que proveremos recursos suficientes para liquidar nossos compromissos de curto e longo prazo, tendo como base o forte potencial de geração de caixa, inerente aos negócios de concessão de rodovias, além dos recursos a serem obtidos por meio de aporte de capital.

A nossa liquidez corrente, calculada pela divisão do nosso ativo circulante pelo nosso passivo circulante, foi de 0,24 em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a liquidez corrente era de 0,10 e 0,36 respectivamente.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizavam, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R$ 20.881 mil. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os recursos de caixa e equivalentes de caixa eram R$ 14.227 e R$ 22.004, respectivamente.

Acreditamos, ainda, que temos condições financeiras e patrimoniais suficientes para contratar novos endividamentos no mercado que sejam necessários para a execução de nossas atividades, observadas as restrições contratuais de endividamento a que estamos sujeitos, conforme indicado no item 10.1(f) (iv) abaixo.

O nosso endividamento, representado pelo passivo circulante e o passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2016, era de R$ 1.797.620. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o endividamento era de R$ 1.852.485 e R$ 1.838.081, respectivamente.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2016, nossa estrutura de capital era composta de 22,2% de capital próprio e 77,8% de capital de terceiros, o que nós e nossos Diretores consideramos um índice adequado para a natureza das atividades que desenvolvemos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nossa estrutura de capital era composta de 20,5% e 20,1% de capital próprio, 79,5% e 79,9% de capital de terceiros, respectivamente. Entendemos essa estrutura de capital é adequada ao atendimento das nossas necessidades operacionais diante do estágio inicial da empresa. Ademais, nossas captações externas são vinculadas a políticas de gestão de recursos onde não há exposição desnecessária dos nossos ativos, além disso, nós realizamos um contínuo acompanhamento de mercado para melhorar nossas negociações.

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A CART não possui ações resgatáveis emitidas ou em circulação, nem disposições em nosso estatuto social prevendo tal possibilidade. Vale destacar que, conforme restrição prevista no contrato de concessão, não poderemos, durante todo o prazo de concessão, reduzir nosso capital social, a qualquer título, ou adquirir ações de nossa emissão sem prévia e expressa autorização da ARTESP.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando nosso perfil de endividamento, fluxo de caixa, bem como nossos investimentos na concessão, nós, os Diretores, acreditamos que teremos condições de prover recursos de capital suficientes para fazer frente aos investimentos e honrar nossas obrigações, embora não seja possível assegurar que tais condições manter-se-ão inalteradas ao longo do tempo.

Nossas principais fontes de recursos são (a) o caixa gerado por meio das nossas atividades operacionais, (b) empréstimos e financiamentos; e (c) aportes de capital de nosso acionista controlador.

Nós, os Diretores, entendemos que a CART tem condições para honrar os compromissos assumidos considerando que o cronograma de amortizações das dívidas a longo prazo está alinhado com a geração de caixa das atividades operacionais conforme evolução do EBITDA.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 nosso EBITDA totalizou R$

157.182 e R$ 108.839 mil, respectivamente.
Para informações sobre a reconciliação do EBITDA com o nosso prejuízo líquido, ver item 3.2 – Medições Não Contábeis, desse Formulário de Referência.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos nossos projetos e cumprimento de nossos objetivos sociais, financiamos nossas atividades, desde o início de nossa operação, por meio de captação de recursos através de contratos financeiros de curto, médio e longo prazo firmados com instituições financeiras de primeira linha, emissão de valores mobiliários, tais como notas promissórias e debêntures, além de receita decorrente do fluxo de caixa operacional.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso seja necessário para cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia possui linha de crédito pré-aprovada junto ao Banco Bradesco S.A. que poderá ser utilizada desde que cumpra com as cláusulas relativas às restrições previstas no contrato firmado junto ao BNDES e Escritura da 2º Emissão de Debentures, conforme explicado no item 10.1 "f".iv desse Formulário de Referência.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:
(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;
(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2016, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R$ 1.797.620 mil.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R$ 1.852.485 mil.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante do endividamento representado pelo Passivo Circulante e pelo Passivo Não Circulante da nossa Companhia era de R$ 1.838.081 mil.

Os índices de endividamento apresentados no quadro 3.7 do Formulário de Referência foram baseados no seguinte critério aritmético:

$$\frac{PC + PNC}{PL}$$

Sendo:

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

PL = Patrimônio Líquido

Adicionalmente, a tabela abaixo indica o cálculo do índice de endividamento para 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

		Em 31 de dezembro de 2016	**Em 31 de dezembro de 2015**
(A)	Passivo Circulante	191.150	868.349
(B)	Passivo Não Circulante	1.606.470	984.136
(A+B) = (C)		**1.797.620**	**1.852.485**
(D)	Patrimônio Líquido	512.824	476.934
(C) / (D)	**Índice Endividamento**	**3,5**	**3,9**

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 31 de dezembro de 2016.

Credor	**Tipo**	**Taxa**	**Contratado**	**Saldo em 31/12/2016**	**Saldo**		**Contratação e vencimento**	
					Principal	**Juros**		
Bradesco	Conta Garantida	CDI+0,2% a.m.	30.000	381		381	dez/13	jun/14
Debenturistas - Série 1	Debêntures	IPCA + 5,80% aa	380.000	498.269	496.933	1.336	dez/12	dez/24
Debenturistas - Série 2	Debêntures	IPCA + 6,05% aa	370.000	485.212	483.857	1.355	dez/12	dez/24
BNDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP+2,45% a.a	751.602	448.795	447.180	1.615	fev/11	mar 21 e 23
BNDES	Dívida de Longo Prazo	(IPCA+TRB)+2,45% a.a.	300.641	341.986	319.338	22.648	fev/11	mar/23 e 25
		TOTAL	**1.832.243**	**1.774.643**	**1.747.308**	**27.335**		

Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 31 de dezembro de 2015.

Credor	Tipo	Taxa	Contratado	Saldo em 31/12/2015	Saldo Principal	Juros	Contratação e vencimento	
Bradesco	Conta Garantida	CDI+0,5% a.m.	30.000				jun/15	nov/15
Debenturistas - Série 1	Debêntures	IPCA + 5,80% aa	380.000	471.882	470.727	1.155	dez/12	dez/24
Debenturistas - Série 2	Debêntures	IPCA + 6,05% aa	370.000	459.523	458.339	1.184	dez/12	dez/24
BNDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP+2,45% a.a	751.602	521.006	519.130	1.876	fev/11	mar 21 e 23
BNDES	Dívida de Longo Prazo	(IPCA+TRB)+2,45% a.a.	300.641	380.715	335.738	44.977	fev/11	mar/23 e 25
		TOTAL	**1.832.243**	**1.833.126**	**1.783.934**	**49.192**		

Posição de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos em 31 de dezembro de 2014.

Credor	Tipo	Taxa	Contratado	Saldo em 31/12/2014	Saldo Principal	Juros	Contratação e vencimento	
Bradesco	Conta Garantida	CDI+0,2% a.m.	30.000				jun/14	nov/14
Debenturistas - Série 1	Debêntures	IPCA + 5,80% aa	380.000	431.120	430.060	1.059	dez/12	dez/24
Debenturistas - Série 2	Debêntures	IPCA + 6,05% aa	370.000	419.904	418.829	1.075	dez/12	dez/24
BNDES	Dívida de Longo Prazo	TJLP+2,45% a.a	751.602	584.491	582.628	1.864	fev/11	mar 21 e 23
BNDES	Dívida de Longo Prazo	(IPCA+TRB)+2,45% a.a.	300.641	334.931	313.978	20.953	fev/11	mar/23 e 25
		TOTAL	**1.832.243**	**1.770.446**	**1.745.495**	**24.951**		

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Como garantia do financiamento por nós contratado junto ao BNDES em 10 de fevereiro de 2011, bem como da emissão das debêntures da 1ª Emissão, descrita no item 18.5 desse Formulário de Referência, foram concedidas a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, a vigorar até a final liquidação de todas as obrigações por nós assumidas, dos seguintes direitos: (i) todos os direitos emergentes da Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do contrato de

concessão celebrado entre a CART e a ARTESP; (ii) todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, nos termos do contrato de concessão, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para cumprimento das obrigações por nós assumidas, nos termos do contrato de concessão, e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão, incluindo, sem limitações as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos temos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão as quais serão direcionadas à conta centralizadora; e (iii) todos os direitos creditórios sobre os valores a serem depositados e mantidos nas "Contas do Projeto". Referidas garantias são compartilhadas entre BNDES e os debenturistas da primeira emissão. Segundo referido compartilhamento, BNDES e os debenturistas são credores conjuntos, não solidários, para o fim específico da execução das garantias compartilhadas e rateio dos valores apurados de forma proporcional às respectivas dívidas garantidas. Após liquidação da 1ª emissão de debêntures e satisfeitas as condições suspensivas previstas na escritura da 2ª emissão de debêntures, o penhor sobre a totalidade das ações da Companhia passou a garantir as debêntures da 2ª emissão, de forma compartilhada com o BNDES. Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de financiamento firmado com o BNDES, ou no caso de inadimplemento das debêntures da 2ª Emissão, conforme o caso, os credores terão o direito de executar as garantias reais estabelecidas, resultando na transferência de tais ações ao BNDES, aos debenturistas da 2ª Emissão e/ou a terceiros por eles indicados, em qualquer caso, mediante prévia anuência da ARTESP.

Não existe grau de subordinação entre as demais dívidas que possuímos.

(iv) eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Somos parte em alguns contratos financeiros que exigem o cumprimento de obrigações específicas, assim como impõem algumas restrições (*covenants*).

O contrato firmado com o BNDES prevê que não devemos assumir novas dívidas acima do montante correspondente a 15% do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses sem a anuência do BNDES, excluindo desse valor a emissão de debêntures ou de novo financiamento, nos termos previstos no referido contrato, sendo permitido, dentro do referido limite, contrair mútuos com qualquer empresa do Grupo INVEPAR, desde que a taxa de juros não seja diferente da remuneração presente em contratos de empréstimo de curto prazo, como conta garantida e capital de giro, entre a beneficiária e bancos de primeira linha. Ressalta-se que o referido contrato junto ao BNDES prevê que eventuais empréstimos de curto prazo sejam liquidados sempre até 31 de dezembro do ano da sua contratação.

O referido contrato apresenta, ainda, cláusulas de vencimento antecipado caso um evento de

inadimplemento ocorra, e de liquidação antecipada obrigatória caso venhamos a obter quaisquer recursos decorrentes da contratação de financiamentos ou caso recebamos quaisquer valores da ARTESP em decorrência do pagamento de indenização resultante do término antecipado do contrato de concessão.

Os financiamentos contratados junto ao BNDES estão sujeitos às condições das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" (aprovadas por meio da Resolução da Diretoria do BNDES n° 665/86), que além de disciplinarem a utilização dos recursos, impõem uma série de obrigações ao tomador dos recursos, em particular o disposto no seu Capítulo VI, inciso IX, que estabelece que o tomador não poderá, *"... sem prévia autorização do BNDES, conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas ..."*. A assunção de novas dívidas, no entanto, é permitida sem a prévia autorização do BNDES, no caso de *"... empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da Beneficiária ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material"*, conforme § 2º do citado capítulo. A mesma norma impõe restrições quanto à modificação do nosso controle acionário sem prévia anuência do BNDES.

Ademais, o atual contrato firmado com o BNDES possui dois *covenants* financeiros, um deles define que o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida ("ICSD"), definido como sendo a divisão do EBITDA ajustado pela soma das amortizações com os juros da dívida financeira de curto e longo prazo, deve ser maior ou igual a 1,2, e o outro *covenant* que consta no contrato é que devemos apresentar a proporção patrimônio líquido sobre o ativo total superior a 20%.

As debêntures emitidas pela Companhia em 2012 possuem certas obrigações e *covenants* financeiros relacionados à cessão de direitos creditórios e emergentes da concessão e penhor das nossas ações, que são descritos de forma detalhada no item 18.5 desse Formulário.

A Companhia possui os seguintes saldos nas contas reservas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Exercícios	
Reserva		
	2016	**2015**
BNDES	79.133	83.113
Debêntures	6.896	5.914

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Nós possuímos linha de crédito com o BNDES no montante total de R$1,052 bilhão cujo contrato foi assinado em fevereiro de 2011. Em 31 de dezembro de 2016, tínhamos disponível para utilização o

montante de R$ 12,8 mil.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As nossas informações financeiras referentes às demonstrações de resultado, aos balanços patrimoniais e às demonstrações de fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 são derivadas das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações em nossas demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

					2016/2015
	2016	**A.V.%**	**2015**	**A.V.%**	**Var. (%)**
(em R$ mil)					
Receita operacional de pedágio e acessórias	291.951	71,8	270.630	63,3	7,9
Receita de construção	114.498	28,2	156.827	36,7	-27,0
Receita líquida	**406.449**	**100,0**	**427.457**	**100,0**	**-4,9**
Custo dos serviços prestados	-192.691	-47,4	-195.671	-45,8	-1,5
Custos de construção	-113.345	-27,9	-155.274	-36,3	-27,0
Lucro bruto	**100.413**	**24,7**	**76.512**	**17,9**	**31,2**
Despesas operacionais	**-39.909**	**-9,8**	**-40.483**	**-9,5**	-1,4
Despesas gerais e administrativas	-32.182	-7,9	-32.487	-7,6	-0,9
Remuneração dos administradores	-2.940	-0,7	-2.573	-0,6	14,3
Depreciações	-4.787	-1,2	-5.423	-1,3	-11,7
Despesas financeiras, líquidas	**-207.218**	**-51,0**	**-243.446**	**-57,0**	**-14,9**
Despesas financeiras	-225.050	-55,4	-261.007	-61,1	-13,8
Receitas financeiras	17.832	4,4	17.561	4,1	1,5
Outras receitas operacionais, liquidas	1.561	0,4	-18.812	-4,4	-108,3
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**-145.153**	**-35,7**	**-226.229**	**-52,9**	**-35,8**
Imposto de renda e contribuição social	2.543	0,6	2.982	0,7	-14,7
Prejuízo do período	**-142.610**	**-35,1**	**-223.247**	**-52,2**	**-36,1**

Receita operacional de pedágio e acessórias

A receita operacional liquida de pedágio e acessórias passaram de R$ 270.630 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R$ 291.951 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 21.321 mil, ou 7,9%. Os principais impactos foram:

- Receita com pedágio líquida apresentou um crescimento de R$ 20,4 milhões, representado principalmente pelo: (i) reajuste tarifário em 1º de julho de 2016 (as condições para o reajuste de tarifa, modificadas pelo Poder Concedente em 2013, estão em discussão com a ARTESP, conforme detalhado mais adiante) e reclassificação tarifária da praça de Caiuá (31/05/2016) e Regente Feijó (01/07/2016) em função da entrega dos trechos de duplicação. A receita acessória líquida apresentou um aumento de R$ 0,96 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deveu-se principalmente pelo reajuste dos contratos.

Receita de construção

A receita de construção passou de R$ 156.827 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 114.498 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma diminuição de R$ 42.329 mil ou 27%. A variação é explicada pelas diferentes etapas do cronograma de investimentos entre os períodos de comparação.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados passou de R$ 195.671 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 192.691 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R$ 2.980 mil, ou 1,5%.

Custo de construção

O custo de construção passou de R$ 155.274 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 113.345 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma diminuição de R$ 41.929 mil ou 27%. A variação está relacionada ao menor volume de investimentos no período.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 32.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 32.182 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R$ 305 mil ou 0,9%.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras, liquidas, passaram de R$ 243.446 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 207.218 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R$ 36.228 mil ou 14,9%. Esta redução ocorreu principalmente em razão dos menores dispêndios com Despesas Financeiras, devido à diminuição do volume principal da dívida

(amortizações do período), além das variações dos indexadores (TJLP e IPCA) em relação ao ano anterior.

Imposto de renda e contribuição social

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 2.982 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 2.543 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Prejuízo do período

Em função do somatório de fatores citados anteriormente, o prejuízo do período passou de R$ 223.247 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 142.610 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R$ 80.637 mil, ou 36,1%.

Comparação das demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

					2014-2015
	2015	**A.V.%**	**2014**	**A.V.%**	**Var. (%)**
(em R$ mil)					
Receita operacional de pedágio e acessórias	270.630	63,3	248.700	45,0	8,8
Receita de construção	156.827	36,7	409.440	55,0	-61,7
Receita líquida	**427.457**	**100,0**	**658.140**	**100,0**	**-35,1**
Custo dos serviços prestados	-195.671	-45,8	-172.245	-29,7	13,6
Custos de construção	-155.274	-36,3	-405.386	-54,5	-61,7
Lucro bruto	**76.512**	**17,9**	**80.509**	**15,8**	**-5,0**
Despesas operacionais	**-40.483**	**-9,5**	**-39.290**	**-7,5**	3,0
Despesas gerais e administrativas	-32.487	-7,6	-30.073	-5,7	8,0
Remuneração dos administradores	-2.573	-0,6	-1.410	-0,3	82,5
Depreciações	-5.423	-1,3	-7.807	-1,6	-30,5
Despesas financeiras, líquidas	**-243.446**	**-57,0**	**-162.157**	**-23,2**	**50,1**
Despesas financeiras	-261.007	-61,1	-183.492	-28,2	42,2
Receitas financeiras	17.561	4,1	21.335	5,1	-17,7
Outras receitas operacionais, liquidas	-18812	-4,4	502	0,0	-3847,4
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**-226.229**	**-52,9**	**-120.436**	**-14,9**	**87,8**
Imposto de renda e contribuição social	2.982	0,7	40.230	5,0	-92,6
Prejuízo do período	**-223.247**	**-52,2**	**-80.206**	**-9,9**	**178,3**

Receita operacional de pedágio e acessórias

A receita operacional liquida de pedágio e acessórias passaram de R$ 248.700 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, para R$ 270.630 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 21.930 mil, ou 8,8%. Os principais impactos foram:

- Receita com pedágio apresentou um crescimento de R$ 21,3 milhões, representado principalmente pelo: (i) reajuste tarifário em 1º de julho de 2015 (as condições para o reajuste de tarifa, modificadas pelo Poder Concedente em 2013, estão em discussão com a ARTESP, conforme detalhado mais adiante) e (ii) reclassificação tarifária das praças de pedágio no segundo semestre de 2015 em função da entrega de trechos de duplicação da SP 225 e SP 270. A receita acessória apresentou um aumento de R$ 0,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deveu-se principalmente pelo reajuste dos contratos.

Receita de construção

A receita de construção passou de R$ 409.440 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 156.827 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma diminuição de R$ 252.613 mil ou 61,7%. A variação é explicada pelas diferentes etapas do cronograma de investimentos entre os períodos de comparação.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados passou de R$ 172.245 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 195.671 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 23.426 mil, ou 13,6%. Os principais impactos para a variação negativa foram: (a) depreciação e amortização, que reflete os investimentos realizados no período, (b) provisão de manutenção, decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a recomposição do pavimento, após o término da sua vida útil e início da provisão das vicinais, a partir do 2º semestre de 2014, (c) outras receitas/despesas operacionais, que considera a contrapartida da baixa de valores do ativo intangível, decorrentes dos custos adicionais com o refazimento de serviços oriundos do Contrato de Construção da Companhia; e (d) conservação & manutenção, com um aumento de 40,4% em relação a 2014, quando houve um período de estiagem não comum para a época (a constância de chuvas demanda um maior volume de intervenções para manutenção do pavimento).

Custo de construção

O custo de construção passou de R$ 405.386 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 155.274 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma

diminuição de R$ 250.112 mil ou 61,7%. A variação está relacionada ao menor volume de investimento no período.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 30.073 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 32.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 2.415 mil ou 8%. A inflação pelo IPCA em 2015 foi de 10,6%.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras, liquidas, passaram de R$ 162.157 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 243.446 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 81.289 mil ou 50,1%. Essa variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de despesas financeiras decorrentes das captações junto ao BNDES no segundo semestre de 2014. Também exerce influência o aumento da inflação (IPCA + 4,24 p.p.) e a taxa de juros de longo prazo (TJLP + 1,21 p.p.).

Imposto de renda e contribuição social

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 40.230 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 2.982 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Prejuízo do período

Em função do somatório de fatores citados anteriormente, o prejuízo do período passou de R$ 80.206 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 223.247 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 143.041 mil, ou 178,3%.

Comparação das demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações em nossas demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014				
					2013/2014
	2014	**A.V.%**	**2013**	**A.V.%**	**Var. (%)**

(em R$ mil)					
Receita operacional de pedágio e acessórias	248.700	37,8	230.720	45,0	7,8
Receita de construção	409.440	62,2	282.080	55,0	45,2
Receita líquida	**658.140**	**100,0**	**512.800**	**100,0**	**28,3**
Custo dos serviços prestados	-172.245	-26,2	-152.467	-29,7	13,0
Custos de construção	-405.386	-61,6	-279.285	-54,5	45,2
Lucro bruto	**80.509**	**12,2**	**81.048**	**15,8**	**-0,7**
Despesas operacionais	**-39.290**	**-6,0**	**-38.593**	**-7,5**	1,8
Despesas gerais e administrativas	-30.073	-4,6	-29.143	-5,7	3,2
Remuneração dos administradores	-1.410	-0,2	-1.465	-0,3	-3,8
Depreciações	-7.807	-1,2	-7.985	-1,6	-2,2
Despesas financeiras, líquidas	**-162.157**	**-24,6**	**-118.832**	**-23,2**	**36,5**
Despesas financeiras	-183.492	-27,9	-144.818	-28,2	26,7
Receitas financeiras	21.335	3,2	25.986	5,1	-17,9
Outras receitas operacionais, liquidas	502	0,1	15	0,0	3.246,7
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**-120.436**	**-18,3**	**-76.362**	**-14,9**	**57,7**
Imposto de renda e contribuição social	40.230	6,1	25.784	5,0	56,0
Prejuízo do período	**-80.206**	**-12,2**	**-50.578**	**-9,9**	**58,6**

Receita operacional de pedágio e acessórias

A receita operacional liquida de pedágio e acessórias passaram de R$ 230.720 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, para R$ 248.700 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 17.980 mil, ou 7,8%. Os principais impactos foram:

- Receita com pedágio e acessórias apresentou um crescimento de R$ 18,0 milhões, representado principalmente pelo: ((i) aumento de VEPs no período, que respondeu por R$ 10,8 milhões; (ii) reclassificação tarifária da praça de pedágio de Ourinhos, ocorrida em 11 de agosto de 2013 em função da entrega de trecho de duplicação da SP-327; (iii) reajuste tarifário em 1º de julho de 2014 (ainda que abaixo do previsto em contrato de concessão – as condições para o reajuste de tarifa, modificadas pelo Poder Concedente em 2013, estão em discussão com a ARTESP, conforme detalhado mais adiante) e (iv) reclassificação tarifária das praças de pedágio de Piratininga, Assis, Rancharia, Regente Feijó e Pres. Bernardes, todas ocorridas em 24 de novembro de 2014, em função da entrega de trechos de duplicação da SP-225 e SP-270. Somados, os efeitos tarifários foram responsáveis por R$ 9,4 milhões; diminuição da receita acessória de R$ 2,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deveu-se principalmente pelo término de um contrato de locação de fibra óptica de curto prazo, em julho de 2013.

Receita de construção

A receita de construção passou de R$ 282.080 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 409.440 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 127.360 mil ou 45,2%. O impacto positivo da receita de construção está relacionado ao volume de investimento.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados passou de R$ 152.467 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 172.245 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 19.778 mil, ou 13,0%. Os principais impactos para a variação negativa foram: (a) depreciação e amortização, decorrentes do maior volume de investimentos e (b) provisão de manutenção, decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a recomposição do pavimento, após o término da sua vida útil e início da provisão das vicinais em virtude de convênios assinados com os municípios.

Custo de construção

O custo de construção passou de R$ 279.285 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 405.386 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 126.101 mil ou 45,2%. A variação está relacionada ao maior volume de investimento no período.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 29.143 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 30.073 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 930 mil ou 3,2%. A inflação pelo IPCA em 2014 foi de 6,4%.

Despesas financeiras líquidas

As despesas financeiras, liquidas, passaram de R$ 118.832 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 162.157 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 43.325 mil ou 36,5%. Essa variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de despesas financeiras devido ao aumento do volume de endividamento.

Imposto de renda e contribuição social

A receita com imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 25.784 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 40.230 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Prejuízo do período

Em função do somatório de fatores citados anteriormente, o prejuízo do período passou de R$ 50.578 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 80.206 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 29.628 mil, ou 58,6%.

BALANÇO PATRIMONIAL

Nossos Diretores comentam abaixo as principais variações nas contas de ativo, passivo e patrimônio líquido de nossos balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(em R$ mil)

	31/12/2016	A.V. %	31/12/2015	A.V. %	2015/2016 Var. (%)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	20.881	0,9	14.227	0,6	46,8
Aplicações financeiras	-	0,0	48.693	2,1	-100,0
Créditos a receber	17.652	0,8	16.672	0,7	5,9
Estoques	1.186	0,1	2.661	0,1	-55,4
Impostos a recuperar	3.498	0,2	3.511	0,2	-0,4
Adiantamentos diversos	1.915	0,1	1.938	0,1	-1,2
Partes relacionadas	26	0,0	17	0,0	52,9
Total do ativo circulante	**45.158**	**2,0**	**87.719**	**3,8**	**-48,5**
Ativo não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	149.638	6,5	147.095	6,3	1,7
Depósitos judiciais	16.260	0,7	15.589	0,7	4,3
Partes relacionadas	520	0,0	520	0,0	0,0
Outros	9	0,0	9	0,0	0,0
Imobilizado	9.282	0,4	13.614	0,6	-31,8
Intangível	2.089.577	90,4	2.064.873	88,6	1,2
Total do ativo não circulante	**2.265.286**	**98,0**	**2.241.700**	**96,2**	**1,1**
Total do Ativo	**2.310.444**	**100,0**	**2.329.419**	**100,0**	**-0,8**
Passivo circulante					
Fornecedores	7.369	0,3	17.596	0,8	-58,1
Empréstimos e financiamentos	140.223	6,1	818.608	35,1	-82,9
Dívida Bruta	140.223	6,1	901.721	38,7	-84,4
Aplicação financeira vinculada	-	0,0	-83.113	-3,6	-100,0
Debêntures	18.540	0,8	8.573	0,4	116,3
Salários e encargos sociais a recolher	8.846	0,4	7.542	0,3	17,3

Impostos e contribuições a recolher	3.769	0,2	4.482	0,2	-15,9
Obrigações para direito de concessão	437	0,0	415	0,0	5,3
Receita diferida	7.538	0,3	6.958	0,3	8,3
Partes relacionadas	4.409	0,2	2.438	0,1	80,8
Outros	19	0,0	1.737	0,1	-98,9
Total do passivo circulante	**191.150**	**8,3**	**868.349**	**37,3**	**-78,0**
Passivo Não Circulante					
Provisão de manutenção	76.641	3,3	67.804	2,9	13,0
Empréstimos e financiamentos	571.806	24,7	-	0,0	N/A
Dívida Bruta	650.939	28,2	-	0,0	N/A
Aplicação financeira vinculada	-79.133	-3,4	-	0,0	N/A
Debêntures	907.516	39,3	865.909	37,2	4,8
Dívida Bruta	914.412	39,6	871.823	37,4	4,9
Aplicação financeira vinculada	-6.896	-0,3	-5.914	-0,3	16,6
Partes relacionadas	143	0,0	143	0,0	0,0
Provisão para riscos	4.619	0,2	2.332	0,1	98,1
Receita diferida	45.745	2,0	47.948	2,1	-4,6
Total do passivo não circulante	**1.606.470**	**69,5**	**984.136**	**42,2**	**63,2**
Patrimônio líquido					
Capital social	1.162.500	50,3	984.000	42,2	18,1
Prejuízo acumulado	-649.676	-28,1	-507.066	-21,8	28,1
Total do patrimônio líquido	**512.824**	**22,2**	**476.934**	**20,5**	**7,5**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.310.444**	**100,0**	**2.329.419**	**100,0**	**-0,8**

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante apresentou uma redução de R$ 42.561 mil, ou 48,5%, passando de R$ 87.719 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 45.158 mil em 31 de dezembro de 2016. A variação é decorrente principalmente da (a) redução de R$ R$ 48.693 mil em aplicações financeiras e (b) aumento de R$ 6.654 mil em caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R$ 14.227 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 20.881 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 6.654 mil. A variação reflete a maior disponibilidade de caixa do período.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 48.693 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R$ 48.693 mil. Essa variação refere-se a transferência do montante disponível nas aplicações vinculadas aos empréstimos e financiamentos, para o grupo de

endividamento no passivo.

As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa lastreadas por operações compromissadas em debêntures e certificados de depósito bancário – CDB.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O total do ativo não circulante passou de R$ 2.241.700 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 2.265.286 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 23.586 mil, em função, principalmente do aumento dos investimentos no intangível da Companhia e do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Ativo intangível

O saldo do ativo intangível passou de R$ 2.064.873 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 2.089.577 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 24.704 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelos investimentos no intangível da Companhia que são compostos pela duplicação das rodovias e implantação/melhorias de dispositivos de entroncamento e melhorias no sistema viário.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 147.095 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 149.638 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 2.543 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais apurados no período findo em 31 de dezembro de 2016.

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante passou de R$ 868.349 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 191.150 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R$ 677.199 mil. Essa variação é decorrente principalmente pela redução de R$ 678.385 mil de empréstimos e financiamentos e R$ 10.227 de fornecedores, além do aumento de R$ 9.967 de debentures, conforme explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R$ 818.608 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 140.223 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R$ 678.385 mil. Essa redução foi gerada pela transferência do saldo da dívida do contrato de financiamento com o BNDES, de curto para longo prazo.

Fornecedores

O saldo de Fornecedores passou de R$ 17.596 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 7.369 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, uma redução de R$ 10.227 mil. A variação refere-se a menor provisão de serviços em função do volume de investimento em 2016, conforme cronograma das obras executadas.

Debêntures

O saldo de Debêntures passou de R$ 8.573 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 18.540 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 9.967 mil. O crescimento da dívida ocorreu em razão da atualização monetária e do percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado nos próximos 12 meses, conforme previsto em escritura de emissão da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante passou de R$ 984.136 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 1.606.470 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 622.334 mil. A variação é decorrente principalmente pelo aumento de R$ 571.806 em empréstimos e financiamentos, R$ 41.607 em debêntures e R$ 8.837 na provisão de manutenção, conforme explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 571.806 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 571.806 mil. Essa variação foi gerada pela transferência do saldo da dívida do contrato de financiamento com o BNDES, de curto para longo prazo.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2016, a CART possuía debêntures em seu passivo não circulante no valor de R$ 907.516 mil. Em 31 de dezembro de 2015 o valor era de R$ 865.909, ou seja, um aumento de R$ 41.607 mil. O crescimento da dívida ocorreu em razão da atualização monetária da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

Provisão de manutenção

A provisão de manutenção passou de R$ 67.804 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 76.641 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 8.837 mil. Essa variação é decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos com a futura restauração do pavimento após o término da sua
vida útil.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido passou de R$ 476.934 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 512.824 mil em 31 de dezembro de 2016, ou seja, um aumento de R$ 35.890 mil. Esse aumento ocorreu em razão do prejuízo de R$ 142.610 mil no ano de 2016, em contrapartida com o aumento de capital de R$ 178.500 mil em 2016.

Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(em R$ mil)

	31/12/2015	A.V. %	31/12/2014	A.V. %	2014/2015 Var. (%)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	14.227	0,6	22.004	1,0	-35,3
Aplicações financeiras	48.693	2,1	-	0,0	N/A
Créditos a receber	16.672	0,7	16.129	0,7	3,4
Estoques	2.661	0,1	1.960	0,1	35,8
Impostos a recuperar	3.511	0,2	3.573	0,2	-1,7
Adiantamentos diversos	1.938	0,1	1.415	0,1	37,0
Despesas antecipadas	-	0,0	-	0,0	0,0
Partes relacionadas	17	0,0	568	0,0	-97,0
Outros	-	0,0	-	0,0	0,0
Total do ativo circulante	**87.719**	**3,8**	**45.649**	**2,0**	**92,2**
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	-	0,0	69.168	3,0	-100,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	147.095	6,3	144.113	6,3	2,1
Depósitos judiciais	15.589	0,7	11.564	0,5	34,8
Partes relacionadas	520	0,0	0	0,0	N/A
Outros	9	0,0	9	0,0	0,0
Imobilizado	13.614	0,6	14.211	0,6	-4,2
Intangível	2.064.873	88,6	2.014.548	87,6	2,5
Total do ativo não circulante	**2.241.700**	**96,2**	**2.253.613**	**98,0**	**-0,5**
Total do Ativo	**2.329.419**	**100,0**	**2.299.262**	**100,0**	**1,3**
Passivo circulante					
Fornecedores	17.596	0,8	2.146	0,1	719,9
Empréstimos e financiamentos	818.608	35,1	99.671	4,3	721,3
Dívida Bruta	901.721	38,7	99.671	4,3	804,7
Aplicação financeira vinculada	-83.113	-3,6	-	0,0	N/A
Debêntures	8.573	0,4	7.196	0,3	19,1
Salários e encargos sociais a recolher	7.542	0,3	7.564	0,3	-0,3
Impostos e contribuições a recolher	4.482	0,2	3.486	0,2	28,6

Obrigações para direito de concessão	415	0,0	386	0,0	7,5
Receita diferida	6.958	0,3	5.060	0,2	37,5
Partes relacionadas	2.438	0,1	1.065	0,0	128,9
Outros	1.737	0,1	704	0,0	146,7
Total do passivo circulante	**868.349**	**37,3**	**127.278**	**5,5**	**582,2**
Passivo Não Circulante					
Provisão de manutenção	67.804	2,9	49.739	2,2	36,3
Empréstimos e financiamentos	-	0,0	819.751	35,7	0,0
Dívida Bruta	-	0,0	819.751	35,7	-100,0
Aplicação financeira vinculada	-	0,0	-	0,0	0,0
Debêntures	865.909	37,2	790.091	34,4	9,6
Dívida Bruta	871.823	37,4	790.091	34,4	10,3
Aplicação financeira vinculada	-5.914	-0,3	-	0,0	N/A
Partes relacionadas	143	0,0	220	0,0	-35,0
Provisão para riscos	2.332	0,1	844	0,0	176,3
Receita diferida	47.948	2,1	50.158	2,2	-4,4
Total do passivo não circulante	**984.136**	**42,2**	**1.710.803**	**74,4**	**-42,5**
Patrimônio líquido					
Capital social	984.000	42,2	745.000	32,4	32,1
Prejuízo acumulado	-507.066	-21,8	-283.819	-12,3	78,7
Total do patrimônio líquido	**476.934**	**20,5**	**461.181**	**20,1**	**3,4**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.329.419**	**100,0**	**2.299.262**	**100,0**	**1,3**

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante apresentou um aumento de R$ 42.070 mil, ou 92,2%, passando de R$ 45.649 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 87.719 mil em 31 de dezembro de 2015. A variação é decorrente principalmente do (a) aumento de R$ 48.693 mil em aplicações financeiras e (b) diminuição de R$ 7.777 mil em caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R$ 22.004 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 14.227 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma redução de R$ 7.777 mil. A variação reflete a menor disponibilidade de caixa do período.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 48.693 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 48.693 mil. Essa variação refere-se a operações de renda fixa lastreadas por operações compromissadas em debêntures e certificados de depósito bancário – CDB, ocorridas no período.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O total do ativo não circulante passou de R$ 2.253.613 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 2.241.700 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma redução de R$ 11.913 mil, em função, principalmente da redução das aplicações financeiras e do aumento de investimentos no intangível da Companhia.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 69.168 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma redução de R$ 69.168 mil, em virtude da transferência para o passivo do volume mantido em contas reservas que servem como garantia ao pagamento do serviço da dívida da Companhia.

Ativo intangível

O saldo do ativo intangível passou de R$ 2.014.548 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 2.064.873 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 50.325 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelos investimentos no intangível da Companhia que são compostos pela duplicação das rodovias e implantação/melhorias de dispositivos (pontes e viadutos).

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 144.113 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 147.095 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 2.982 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais apurados no período findo em 31 de dezembro de 2015.

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante passou de R$ 127.278 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 868.349 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$741.071 mil. Essa variação é decorrente principalmente pelo aumento de R$ 802.050 mil da dívida bruta de empréstimos e financiamentos e aumento de fornecedores de R$ 15.450, conforme explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo bruto de empréstimos e financiamentos passou de R$ 99.671 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 901.721 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 802.050 mil. Esse aumento foi gerado pela transferência do saldo da dívida do contrato de financiamento com o BNDES, de longo

para curto prazo.

Fornecedores

O saldo de Fornecedores passou de R$ 2.146 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 17.596 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 15.450 mil. A variação é decorrente de provisões referente aos serviços executados na competência de 2015.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante passou de R$ 1.710.803 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 984.136 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma diminuição de R$ 726.667 mil. Essa diminuição é decorrente principalmente de empréstimos e financiamentos de R$ 819.751 mil, compensados pelo aumento de R$ 81.732 mil nas debêntures e de R$ 18.065 mil na provisão de manutenção, conforme explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R$ 819.751 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, uma diminuição de R$ 819.751 mil. Essa variação foi gerada pela transferência do saldo da dívida do contrato de financiamento com o BNDES, de longo para curto prazo.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2015, a CART possuía debêntures em seu passivo não circulante no valor de R$ 871.823. Em 31 de dezembro de 2014 o valor era de R$ 790.091, ou seja, um aumento de R$ 81.732 mil. O crescimento da dívida ocorreu em razão da atualização monetária da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

Provisão de manutenção

A provisão de manutenção passou de R$ 49.739 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 67.804 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 18.065 mil. Essa variação é decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a recomposição do pavimento, após o término da sua vida útil e início da provisão das vicinais, a partir do 2º semestre de 2014.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido passou de R$ 461.181 mil em 31 de dezembro de 2014 para R$ 476.934 mil em 31 de dezembro de 2015, ou seja, um aumento de R$ 15.753 mil. Esse aumento ocorreu em razão do

prejuízo de R$ 223.247 mil no ano de 2015, em contrapartida com o aumento de capital de R$ 239.000 mil em 2015.

Comparação dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(em R$ mil)

	31/12/2014	A.V. %	31/12/2013	A.V. %	2013/2014 Var. (%)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	22.004	1,0	117.949	5,9	-81,3
Aplicações financeiras	-	0,0	55.850	2,8	-100,0
Créditos a receber	16.129	0,7	14.466	0,7	11,5
Estoques	1.960	0,1	532	0,0	268,4
Impostos a recuperar	3.573	0,2	5.507	0,3	-35,1
Adiantamentos diversos	1.415	0,1	356	0,0	297,5
Despesas antecipadas	-	0,0	980	0,0	-100,0
Partes relacionadas	568	0,0	605	0,0	-6,1
Outros	-	0,0	-	0,0	0,0
Total do ativo circulante	**45.649**	**2,0**	**196.245**	**9,8**	**-76,7**
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	69.168	3,0	-	0,0	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	144.113	6,3	103.882	5,2	38,7
Depósitos judiciais	11.564	0,5	10.317	0,5	12,1
Partes relacionadas	-	0,0	-	0,0	0,0
Outros	9	0,0	9	0,0	0,0
Imobilizado	14.211	0,6	16.000	0,8	-11,2
Intangível	2.014.548	87,6	1.668.601	83,6	20,7
Total do ativo não circulante	**2.253.613**	**98,0**	**1.798.809**	**90,2**	**25,3**
Total do Ativo	**2.299.262**	**100,0**	**1.995.054**	**100,0**	**15,2**
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	99.671	4,3	81.916	4,1	21,7
Debêntures	7.196	0,3	1.821	0,1	295,2
Fornecedores	2.146	0,1	774	0,0	177,3
Salários e encargos sociais a recolher	7.564	0,3	2.987	0,1	153,2
Impostos e contribuições a recolher	3.486	0,2	3.501	0,2	-0,4
Obrigações para direito de concessão	386	0,0	349	0,0	10,6
Receita diferida	5.060	0,2	6.049	0,3	-16,3
Partes relacionadas	1.065	0,0	1.595	0,1	-33,2
Outros	704	0,0	5.154	0,3	-86,3
Total do passivo circulante	**127.278**	**5,5**	**104.146**	**5,2**	**22,2**
Passivo Não Circulante					
Provisão de manutenção	49.739	2,2	33.444	1,7	48,7
Empréstimos e financiamentos	819.751	35,7	556.587	27,9	47,3

Debêntures	790.091	34,4	740.886	37,1	6,6
Partes relacionadas	220	0,0	-	0,0	N/A
Provisão para riscos	844	0,0	862	0,0	-2,1
Receita diferida	50.158	2,2	47.742	2,4	5,1
Total do passivo não circulante	**1.710.803**	**74,4**	**1.379.521**	**69,1**	**24,0**
Patrimônio líquido					
Capital social	745.000	32,4	715.000	35,8	4,2
Prejuízo acumulado	-283.819	-12,3	-203.613	-10,2	39,4
Total do patrimônio líquido	**461.181**	**20,1**	**511.387**	**25,6**	**-9,8**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.299.262**	**100,0**	**1.995.054**	**100,0**	**15,2**

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante apresentou uma redução de R$ 150.596 mil, ou 76,7%, passando de R$ 196.245 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 45.649 mil em 31 de dezembro de 2014. Essa redução é decorrente principalmente do (a) diminuição de R$95.945 mil em caixa e equivalentes de caixa; (b) diminuição de R$55.850 mil em aplicações financeiras; e (c) aumento de R$1.663 mil em créditos a receber, conforme explicado abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R$ 117.949 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 22.004 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, uma redução de R$ 95.945 mil. Essa redução foi gerada principalmente devido aos investimentos ocorridos no exercício de 2014.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 55.850 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, uma redução de R$ 55.850 mil, devido a transferência de curto prazo para longo prazo.

Créditos a receber

Os créditos a receber passaram de $ 14.466 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 16.129 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 1.663 mil. Esse aumento é decorrente principalmente pela maior utilização de pistas automáticas em nossas praças de pedágio, cujo repasse da receita ocorre num prazo maior.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O total do ativo não circulante passou de R$ 1.798.809 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 2.253.613 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 454.804 mil, em função, principalmente dos investimentos no intangível da Companhia e do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras passaram de R$ 0 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 69.168 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 69.168 mil, devido a transferência de curto prazo para longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passou de R$ 103.882 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 144.113 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 40.231 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelo reconhecimento de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais apurados no período findo em 31 de dezembro de 2014.

Ativo intangível

O saldo do ativo intangível passou de R$ 1.668.601 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 2.014.548 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 345.947 mil. Esse aumento foi gerado principalmente pelos investimentos no intangível da Companhia que são compostos pela duplicação das rodovias e implantação/melhorias de dispositivos (pontes e viadutos).

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante passou de R$ 104.146 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 127.278 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 23.132 mil. Essa variação é decorrente principalmente pelo aumento de R$ 17.755 mil de empréstimos e financiamentos e aumento das debêntures de R$ 5.375, conforme explicado abaixo.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R$ 81.916 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 99.671 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 17.755 mil. Esse aumento foi gerado principalmente das liberações de parcelas do contrato sênior com o BNDES.

Debêntures

O saldo de Provisões passou de R$ 1.821 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 7.196 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 5.375 mil. Aumento gerado principalmente pela transferência de 1% sobre o valor principal, de longo prazo para curto prazo, a amortizar em dezembro de 2015.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante passou de R$ 1.379.521 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 1.710.803 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 331.282 mil. Esse aumento é decorrente principalmente de empréstimos e financiamentos de R$ 263.164 mil, de debêntures de R$ 49.205 mil e aumento de R$ 16.295 mil na provisão de manutenção, conforme explicado abaixo.

Provisão de manutenção

A provisão de manutenção passou de R$ 33.444 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 49.739 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 16.295 mil. Essa variação é decorrente das expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a recomposição do pavimento, após o término da sua vida útil e início da provisão das vicinais em virtude de convênios assinados com os municípios.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos passaram de R$ 556.587 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 819.751 mil em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de R$ 263.164 mil. Esse aumento é decorrente, principalmente das liberações de parcelas do contrato sênior com o BNDES.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2014, a CART possuía debêntures em seu passivo não circulante no valor de R$ 790.091. Em 31 de dezembro de 2013 o valor era de R$ 740.886, ou seja, um aumento de R$ 49.205 mil. O crescimento da dívida ocorreu em razão da atualização monetária da 2ª emissão de debêntures da Companhia.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido passou de R$ 511.387 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 461.181 mil em 31 de dezembro de 2013, ou seja, uma redução de R$ 50.206 mil. Essa redução ocorreu em razão do prejuízo de R$80.206 mil no ano de 2014 e em contrapartida o aumento de capital de R$ 30.000 mil em 2014.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nossos Diretores comentam abaixo as variações em nossos fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e nas atividades de financiamento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2016	**2015**	**2014**
(em milhares de R$)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	183.042	150.594	136.433
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-72.648	-202.373	-415.157
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento	-103.740	44.002	182.779
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**6.654**	**-7.777**	**-95.945**

Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2016 e 2015

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 183.042 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado ao caixa gerado de R$ 150.594 mil no mesmo período de 2015, representando um aumento de R$ 32.448 mil. A variação deve-se principalmente pelos maiores recebimentos com receita de pedágio.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R$ 72.648 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado ao caixa utilizado de R$ 202.373 mil no mesmo período de 2015, representando uma diminuição de R$ 129.725 mil. A variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa utilizado nas atividades de financiamento totalizou R$ 103.740 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado ao caixa gerado de R$ 44.002 mil no mesmo período de 2015, representando uma variação de R$ 147.742 mil. Essa variação reflete o maior desembolso com pagamento das dívidas existentes (principal + juros).

Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 150.594 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado ao caixa gerado de R$ 136.433 mil no mesmo período de 2014, representando um aumento de R$ 14.161 mil. A variação deve-se principalmente pelos maiores recebimentos com receita de pedágio.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R$ 202.373 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado ao caixa utilizado de R$ 415.157 mil no mesmo período de 2014, representando uma diminuição de R$ 212.784 mil. A variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de obras da concessão.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 44.002 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado ao caixa gerado de R$ 182.779 mil no mesmo período de 2014, representando uma diminuição de R$ 138.777 mil. Essa variação reflete as captações de financiamentos em 2014.

10.2 - RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

10.2 Comentários dos Diretores sobre o resultado das operações.

(a) Resultado das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

Nossos diretores esclarecem que as nossas receitas de prestação de serviços são constituídas preponderantemente pela cobrança de tarifas de pedágio e de receitas acessórias. De acordo com o contrato de concessão celebrado com o Poder Concedente, as receitas acessórias podem complementar as receitas oriundas da cobrança de pedágio, sendo estas: (a) receitas decorrentes dos excessos de peso dos veículos; (b) receitas de análise de projetos; (c) receitas de cobranças de manutenção de acessos às rodovias por empresas que estejam localizadas às margens da área de concessão; (d) receitas recebidas pela ocupação das faixas laterais da rodovia (faixa de domínio) pela passagem de dutos, cabos de fibra ótica; (e) receitas de publicidade não vedadas em lei; e (f) receita de liberações de animais.

A receita de construção é apurada com uma margem em relação aos gastos com a infraestrutura da concessão que são contabilizados conforme o CPC 17 – Contratos de Construção. Essa margem, que no caso da Companhia como há terceirização da obra, é calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A receita de construção tem como contrapartida o ativo intangível.

A tarifa básica de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e é reajustada anualmente em julho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA base maio (acumulado 12 meses), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

De acordo com o contrato de concessão, a tarifa básica de pedágio para cada praça existente é o resultado do trecho de cobertura de pedágio (TCP) a ela correspondente, ou seja, cada praça corresponde a determinada extensão rodoviária pelo valor da tarifa quilométrica ofertada à época da concorrência pública.

O quadro abaixo indica os valores por quilômetro para pista simples e pista dupla no decorrer dos anos:

	Tipo de Pista	**Tarifa Ofertada Reajustada R$/km**
Base Jul/2014	Pista Simples	0,084858
	Pista Dupla	0,118801
Base Jul/2015	Pista Simples	0,092047
	Pista Dupla	0,128867
Base Jul/2016	Pista Simples	0,06466
	Pista Dupla	0,090525

As tarifas de pedágio são diferenciadas por categoria de veículos, em decorrência dos desgastes físicos diferenciados que cada uma das categorias causa à rodovia. A tarifa cobrada de cada categoria de veículo é o resultado do produto da tarifa básica, calculada conforme descrito anteriormente, pelo fator multiplicador da tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme tabela a seguir:

Cat.	Tipo de Veículo	nº de Eixos	Multip. Tarifa
1	automóvel, caminhonete, furgão e triciclo	2	1,00
2	caminhão leve, ônibus, caminhão trator e furgão	2	2,00
3	caminhão trator, caminhão trator com semi reboque e ônibus	3	3,00
4	caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	4	4,00
5	caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	5	5,00
6	caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	6	6,00
7	automóvel ou caminhonete com semi reboque	3	1,50
8	automóvel ou caminhonete com reboque	4	2,00
9	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	0,50

As localizações, volumes, composições de tráfego e TCP´s das Praças de Pedágio nos anos de 2016, 2015 e 2014, estão indicadas nas tabelas a seguir:

31 de dezembro de 2016
Período: Jan a Dez

Praça de Pedágio	Rodovias	TCP (Km)			Veículo Equivalente 1	Composição do Tráfego	
Localização		Pista Simples	Pista Dupla	Total		Passeio	Comercial
Piratininga KM 251+900	**SP 225**	**23,048**	**21,287**	**44,34**	**2.989.002**	**73%**	**27%**
Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	**SP 225**	**25,335**	**17,865**	**43,2**	**8.141.957**	**67%**	**33%**
Ourinhos KM 014+500	**SP 327**	**4,825**	**40,550**	**45,38**	**7.714.320**	**69%**	**31%**
Palmital KM 413+400	**SP 270**	**10,055**	**44,91**	**54,96**	**8.547.266**	**60%**	**40%**
Assis KM 453+590	**SP 270**	**8,305**	**48,200**	**56,51**	**3.761.061**	**68%**	**32%**
Racharia KM 512+300	**SP 270**	**0,380**	**43,975**	**44,36**	**3.013.004**	**66%**	**34%**
Regente Feijó KM 541+540	**SP 270**	**7,341**	**39,225**	**46,57**	**2.891.525**	**68%**	**32%**

Presidente Bernardes KM 590.750	**SP 270**	**14,081**	**48,210**	**62,29**	**7.324.012**	**75%**	**25%**
Caiuá KM 639+000	**SP 270**	**9,031**	**37,115**	**46,15**	**5.369.581**	**66%**	**34%**

[1] Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionado aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

31 de dezembro de 2015
Período: Jan a Dez

Praça de Pedágio	**Rodovias**	**TCP (Km)**			**Veículo Equivalente 1**	**Composição do Tráfego**	
Localização		**Pista Simples**	**Pista Dupla**	**Total**		**Passeio**	**Comercial**
Piratininga KM 251+900	**SP 225**	**23,048**	**21,287**	**44,34**	**3.111.374**	**74%**	**26%**
Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	**SP 225**	**25,335**	**17,865**	**43,2**	**8.531.854**	**66%**	**34%**
Ourinhos KM 014+500	**SP 327**	**4,825**	**40,550**	**45,38**	**8.142.552**	**69%**	**31%**
Palmital KM 413+400	**SP 270**	**10,055**	**44,91**	**54,96**	**9.232.288**	**59%**	**41%**
Assis KM 453+590	**SP 270**	**7,770**	**48,735**	**56,51**	**3.793.544**	**68%**	**32%**
Racharia KM 512+300	**SP 270**	**0,380**	**43,975**	**44,36**	**2.955.672**	**66%**	**34%**
Regente Feijó KM 541+540	**SP 270**	**8,341**	**38,225**	**46,57**	**2.854.183**	**68%**	**32%**
Presidente Bernardes KM 590.750	**SP 270**	**14,081**	**48,210**	**62,29**	**8.087.674**	**73%**	**27%**
Caiuá KM 639+000	**SP 270**	**45,146**	**1**	**46,15**	**6.078.783**	**64%**	**36%**

[1] Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionado aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

31 de dezembro de 2014
Período: Jan a Dez

Praça de Pedágio	**Rodovias**	**TCP (Km)**			**Veículo Equivalente 1**	**Composição do Tráfego**	
Localização		**Pista Simples**	**Pista Dupla**	**Total**		**Passeio**	**Comercial**
Piratininga KM 251+900	**SP 225**	**36,705**	**7,630**	**44,34**	**3.245.941**	**72%**	**28%**
Santa Cruz do Rio Pardo KM 500+900	**SP 225**	**25,335**	**17,865**	**43,2**	**8.579.814**	**66%**	**34%**
Ourinhos KM 014+500	**SP 327**	**4,825**	**40,550**	**45,38**	**8.323.595**	**68%**	**32%**
Palmital KM 413+400	**SP 270**	**10,055**	**44,91**	**54,96**	**9.273.450**	**58%**	**42%**
Assis KM 453+590	**SP 270**	**7,770**	**48,735**	**56,51**	**3.872.761**	**68%**	**32%**
Racharia KM 512+300	**SP 270**	**0,380**	**43,975**	**44,36**	**3.087.681**	**64%**	**36%**

Regente Feijó KM 541+540	**SP 270**	**8,571**	**37,995**	**46,57**	**3.063.176**	**64%**	**36%**
Presidente Bernardes KM 590.750	**SP 270**	**47,136**	**15,155**	**62,29**	**8.417.370**	**71%**	**29%**
Caiuá KM 639+000	**SP 270**	**45,146**	**1**	**46,15**	**6.203.841**	**62%**	**38%**

[1] Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionado aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os Diretores da Companhia informam que os principais fatores que afetam nosso resultado operacional são (i) a quantidade e as classes de veículos pedagiados, veículos comerciais e de passeio, que são impactados sensivelmente pela situação econômica regional e nacional, (ii) o "efeito calendário", pois varia de acordo com a quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período de tempo de eixos-equivalentes no tráfego consolidado; e (iii) e o ciclo da safra de grãos, tendo em vista que somos um importante corredor de escoamento da produção de grãos na região da Concessão.

Além disso, entendem que o nosso resultado operacional é afetado pelos reajustes tarifários aplicados anualmente, com base na a inflação acumulada do período, conforme fórmula constante do Contrato de Concessão, bem como eventuais revisões tarifárias que ocorrem para reequilibrar econômica e financeiramente a concessão considerando a ocorrência de fatos supervenientes e imprevisíveis.

O negócio da Companhia está diretamente associado à evolução e crescimento da economia, assim os Diretores da Companhia acreditam que a evolução do tráfego de veículos acompanhará futuro crescimentos real do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

10.3 - EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.3 Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia esclarecem que até a data deste Formulário de Referência, não ocorreu qualquer introdução ou alienação do segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia esclarecem que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui qualquer participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia esclarecem que até a data deste Formulário de Referência, não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4 - MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR

10.4 Comentários dos diretores sobre.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

Os Diretores da Companhia esclarecem que adotam, a partir de dezembro de 2009, todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, e, em razão disso, as nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os Diretores da Companhia informam adicionalmente que não houve novas normas ou pronunciamentos técnicos contábeis expedidos pelo CPC entre as demonstrações financeiras com data-base 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014 que gerassem diferença de padrão contábil.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Os Diretores da Companhia informam que não houve efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do Auditor.

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos Auditores Independentes não apresentam ressalvas, sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014.

Ênfases – Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

Investigações do Ministério Público envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas

Foi enfatizado a opinião dos auditores independentes para a Nota explicativa nº. 1.b às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes à fatos sob investigação envolvendo a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia no âmbito das operações "Lava Jato" e "Greenfield".

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações

S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da "Operação Greenfield". A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

Procedimento arbitral

Foi enfatizado a opinião dos auditores independentes para a Nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes.

Os Diretores da Companhia esclarecem que em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, foi apresentado resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral e seus contrapleitos e somente com as evidências apresentadas durante o curso desta arbitragem é que o advogados da Companhia terão condições de fazer uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos da requerente, pois ainda não há elementos suficientes para esta avaliação.

Ênfases - Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Continuidade Operacional da Companhia

Foi enfatizado, sem ressalvas, a opinião dos auditores independentes para as notas explicativas números 1 e 9 às Demonstrações Financeiras, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R$ 863.743 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R$ 901.721 mil. Essas condições, comentam os auditores, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a dívida do contrato de financiamento com o BNDES foi, conservadoramente, transferida para o curto prazo em virtude do não cumprimento do índice financeiro

Patrimônio Líquido/Ativo Total, por não haver prazo de cura estabelecido no referido contrato. A Controladora realizou até 12 de abril de 2016, aportes de capital no montante de R$ 51,0 milhões, reestabelecendo o índice ao exigido no contrato de financiamento. Em suma, com a cura já realizada, não há qualquer hipótese de vencimento antecipado e, portanto, a Companhia voltará a registrar no Passivo Não Circulante a parcela da dívida do contrato de financiamento com o BNDES vincenda no Longo Prazo em seus próximos ITR's.

Diligências envolvendo Partes Relacionadas da Companhia

Foi enfatizado as informações constantes na nota explicativa número 1.2, que incluem informações referentes aos fatos sobre investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito da operação "Lava Jato".

Os Diretores da Companhia entendem que não há qualquer indício que a Companhia venha a ser afetada pelos resultados das referidas investigações.

Ênfase - Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Foi enfatizado, sem ressalvas, a opinião dos auditores independentes para a nota explicativa número 1 às Demonstrações Financeiras, que indicam que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 81.629 mil.

A Administração considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa.

10.5 - POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

10.5 Indicação, pelos diretores, das políticas contábeis críticas adotadas pela CART, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

10.6 - ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras:

a) Os Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada, e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos e passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

b) Outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

10.7 - COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.7 Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras da CART.

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

b) Natureza e o propósito da operação.

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os Diretores da Companhia informam que não há itens da Companhia que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras.

10.8 - PLANO DE NEGÓCIOS

10.8 Comentários dos nossos Diretores sobre os principais elementos do nosso plano de negócios, especificando os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos+

Os Diretores da Companhia informam que o prazo da nossa concessão e as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com a ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039. Com a assinatura do contrato de concessão, o montante previsto para investimentos até 2039 é de R$ 2,5 bilhões.

Os principais investimentos decorrentes da concessão em andamento são referentes a:

(i) duplicação da rodovia e implantação de dispositivos de segurança e entroncamento;
(ii) melhoria de Obras de Arte Especiais;
(iii) implantação de call-box;
(iv) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre;
(v) implantação de vias marginais e faixas adicionais;
(vi) tratamento de passivos ambientais (erosões).

Os principais investimentos decorrentes da concessão a serem realizados são:

(vii) instalação de Postos de Pesagem (fixos e móveis);
(viii) melhoria de Obras de Arte Especiais; e
(ix) implantação de passarelas para travessia de pedestre, pontos de ônibus, atenuadores de impacto, vias marginais, painéis de mensagens fixo.

(ii) Fontes de financiamento dos nossos investimentos.

Nossas fontes de financiamento consistem em aportes de capital por nossos acionistas e empréstimos, preferencialmente os de longo prazo, além da emissão de valores mobiliários no mercado local representativos de dívidas.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nossos Diretores destacam que não há desinvestimentos relevantes em andamento nem previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não realiza aquisição de plantas, equipamentos,

patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos por nós em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

(iv) montante total gastos por nós no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui projetos dessa natureza em andamento.

10.9 - OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

10.9 Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Os Diretores da Companhia informam que não ocorreram fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional que não tenham sido identificados no demais itens desta seção.

11.1 - PROJEÇÕES DIVULGADAS E PREMISSAS

11 Projeções

11.1 As projeções devem identificar:

(a) objeto da projeção,

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção,

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle, e

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão.

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - ACOMPANHAMENTO E ALTERAÇÕES DAS PROJEÇÕES DIVULGADAS

11.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado projeções, durante os 3 últimos exercícios sociais, sobre a evolução de seus indicadores :

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário,
(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções, e
(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

12 . Assembleia Geral e Administração

12.1 Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu Estatuto Social e regimento interno, identificando:

a) Atribuições de cada órgão e comitê.

a.1) Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por no mínimo 3 (três) e, no máximo 7 (sete) membros efetivos, pessoas naturais e residentes no País, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Ao nosso Conselho de Administração compete: (a) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto Social; (b) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (c) convocar a Assembleia Geral por meio de seu Presidente, Vice-Presidente ou por no mínimo 2 (dois) outros membros do Conselho de Administração, sempre que entenderem necessário e nos casos previstos em lei e neste Estatuto; (d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; (e) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (f) aprovar a compra de ações de emissão da Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação de ações que estejam em tesouraria; (g) estabelecer a política e a orientação geral dos negócios da Companhia segundo os termos deste Estatuto Social e em conformidade com as deliberações tomadas em Assembleia Geral; (h) aprovar o Orçamento Plurianual ou qualquer alteração do mesmo; (i) aprovar o Orçamento Anual ou qualquer alteração do mesmo; (j) aprovar critérios gerais de remuneração, políticas de benefícios e fixação de parâmetros anuais para pagamento de remuneração variável aos administradores e funcionários da Companhia; (k) deliberar sobre a individualização da remuneração dos administradores, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 6º deste Estatuto; (l) determinar o levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores, bem como autorizar o pagamento de juros sobre capital próprio ou declarar e determinar o pagamento de dividendos à conta de lucros apurados em tais balanços, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou em balanços intercalares, na forma prevista em lei; (m) aprovar o resgate, amortização, recompra ou qualquer outro tipo de negociação com as ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (n) aprovar quaisquer transações da Companhia com seus administradores, partes relacionadas ou ainda administradores de partes relacionadas; (o) aprovar o endividamento, realização de mútuo, ou contratação de garantias pela Companhia acima de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (p) aprovar a aquisição, alienação, renúncia a direitos, transferência de bens do ativo permanente da Companhia, cujo valor seja superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (q) aprovar a doação, pela Companhia, de quaisquer bens ou direitos; (r) aprovar a prestação, pela Companhia, de qualquer fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a terceiros; (s) aprovar a emissão e cancelamento de debêntures simples e não conversíveis da Companhia ou títulos de dívida para distribuição pública ou

privada, incluindo, sem limitação, a emissão de nota promissória para oferta pública de distribuição, salvo se prevista competência da assembleia nos termos da lei ou do presente estatuto; (t) aprovar a celebração de aditivos ao Contrato de Concessão firmado pela Companhia; (u) aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho de Administração; (v) nomear, destituir ou substituir o Auditor Independente da Companhia; (w) aprovar contratações em geral pela Companhia em valores superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (x) deliberar sobre os atos que excedam os limites de competência da Diretoria, dentro de suas próprias atribuições.

a.2) Conselho Fiscal

O nosso Estatuto Social prevê o funcionamento, não permanente, do Conselho Fiscal, que quando em funcionamento, será composto por 3 (três) membros efetivos e até igual número de suplentes com as atribuições, competência e remuneração previstos em lei, com mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. O Conselho Fiscal, quando instalado, reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, lavrando-se as atas dessas reuniões em livro próprio. O quórum de instalação das Reuniões do Conselho Fiscal será de, no mínimo, 2 (dois) membros; e as suas deliberações serão tomadas pelos votos da maioria dos membros presentes. Aplica-se ao Conselho Fiscal, quanto às normas de eleição, funcionamento, requisitos, impedimentos, investidura, deveres e responsabilidades e remuneração, o que dispõe a Lei n° 6.404/76, conforme alterada.

a.3) Diretoria

A nossa Diretoria é composta por até 3 (três) Diretores, respeitado o mínimo legal, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores terão experiência e qualificação condizente com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Superintendente; e (iii) Diretor Administrativo-Financeiro, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço) poderão integrar a Diretoria. A Diretoria compete: (a) propor ao Conselho de Administração as ações para viabilizar as diretrizes estratégicas da Companhia; (b) assegurar o bom andamento dos negócios, decidir e praticar todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, desde que não sejam da competência exclusiva da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração e também não necessitem de prévia aprovação na forma deste Estatuto Social; (c) promover convênios e contratar nos limites impostos pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração, dentro dos fins da Companhia, com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; (d) aprovar, no âmbito de sua alçada, os critérios relativos aos cargos e salários e ao regime disciplinar dos empregados da Companhia; (e) elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as Demonstrações Financeiras, na forma da Lei das Empresas por Ações, instruídas com o Parecer dos Auditores Independentes, para apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado, e aprovação pela Assembleia Geral; (f) aprovar

normas e manuais das Companhia; (g) zelar pela acuracidade e tempestividade das demonstrações financeiras e dos relatórios da Diretoria destinados ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado; (h) zelar pela imagem e reputação da Companhia; e (i) disseminar a cultura da organização, gestão de riscos e modelo de gestão dos resultados.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento é facultativo.

d) Em relação aos membros de desempenho da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Compete à Diretoria propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais, dentro dos nossos objetivos e metas, assegurar o bom andamento dos negócios sociais, decidir e praticar todos os atos necessários à realização dos objetivos da Companhia, desde que não necessitem de prévia aprovação na forma do nosso Estatuto Social, promover convênios e contratar nos limites impostos pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração, dentro dos fins da Companhia, propor ao Conselho de Administração a alienação de bens de qualquer natureza; aprovar, no âmbito de sua alçada, os critérios relativos aos cargos e salários e ao regime disciplinar dos empregados da Companhia; delegar poderes aos Diretores, individualmente, para gerir os negócios da empresa; elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as Demonstrações Financeiras, na forma da Lei das Sociedades por Ações, instruídas com o Parecer dos Auditores Independentes, elaborar e propor ao Conselho de Administração o Orçamento Anual da Companhia e aprovar normas e manuais da Companhia relativos à sua estrutura operacional, incluindo as áreas de ouvidoria e atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Companhia.

Tulio Toledo Abi-Saber - Diretor Presidente

Na condição de principal orientador e condutor das atividades da Companhia, compete ao Diretor Presidente: (a) estruturar e dirigir todos os negócios da Companhia de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração; (b) convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria; (c) conduzir a elaboração e execução dos planos estratégicos e orçamentários, visando a assegurar o desenvolvimento, crescimento e continuidade da Companhia para garantir um retorno adequado aos acionistas e resguardar a segurança dos ativos; (d) definir e desdobrar os objetivos e metas na estrutura da Companhia; (e) admitir, demitir, promover os empregados e cuidar do processo de sucessão para as posições chave da Companhia, podendo delegar essa competência; e (f) representar a Companhia perante órgãos da administração pública direta e indireta, sejam empresas públicas, Companhias de economia mista, autarquias ou fundações, em todas as instâncias municipal, estadual e federal;

Clara Maria da Cunha Ferraz – Diretora Superintendente

Na qualidade de Diretora Superintendente, compete: (a) executar os planos estratégicos e orçamentários da Companhia, buscando a maximização da eficiência dos processos e resultados; (b) garantir o alcance dos resultados planejados através da execução do modelo de gestão; (c) desenvolver e executar os planos de operação e manutenção da Companhia; (d) responder tecnicamente pela Concessão perante todos os órgãos técnicos e regulatórios vinculados à Concessão; (e) assegurar o cumprimento do Contrato de Concessão; e (f) representar a Companhia perante órgãos da administração pública direta e indireta, sejam empresas públicas, Companhias de economia mista, autarquias ou fundações, em todas as instâncias municipal, estadual e federal.

João Garcia Couri Neto – Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Na qualidade de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, compete: (a) definir e executar a estratégia financeira da Companhia; (b) representar institucionalmente a Companhia perante as instituições financeiras, fundos de investimentos e demais entidades financiadoras; (c) acompanhar a prestação de garantias pessoais ou reais prestadas pela Companhia autorizadas pelo Conselho de Administração, bem como a contratação de seguros em geral; (d) elaborar o Relatório Anual da Administração, em conjunto com os demais membros da Diretoria; (e) prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e, caso a Companhia tenha registro em bolsa de valores, às bolsas; (f) elaborar e responder pelas demonstrações e relatórios financeiros; (g) responder pelas funções de suporte administrativo da Companhia; (h) representar a Companhia perante órgãos da administração pública direta e indireta, sejam empresas públicas, Companhias de economia mista, autarquias ou fundações, em todas as instâncias municipal, estadual e federal; e (i) prestar todas as informações exigidas pela legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários, caso a Companhia tenha registro em bolsa de valores, às bolsas.

12.2 - REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS

12.2 Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) Prazos de convocação

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

b) Competências

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.3 - REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.3 Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias
b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho
c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.4 - DESCRIÇÃO DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS POR MEIO DE ARBITRAGEM

12.4 Se existir, descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.5/6 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Nome	Clara Maria da Cunha Ferraz	CPF	634.968.527-04
Data de Nascimento	22/12/1957	Profissão	Engenheira Civil
Órgão Administração	Pertence apenas à Diretoria	Cargo eletivo ocupado	Outros Diretores
Data de Eleição	14/05/2018	Data de posse	14/05/2018
Prazo do mandato	AGO 2020	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não possui		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileira, com formação acadêmica em Engenharia Civil pela Universidade Gama Filho; MBA em Finanças Corporativas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio do Janeiro (PUC/RJ). Atualmente ocupa o cargo de Diretora Superintendente da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), tendo sido inclusive Diretora Presidente da CART (out/2016 a mai/2017). Possui 20 anos de experiência em concessão de rodovias. No Grupo Invepar há seis anos, atuou como Superintendente de Engenharia e Meio Ambiente da Concessionária Rio Teresópolis (CRT) e Gerente de Planejamento (mai/1997 a out/2006). Ocupou também a função de Superintendente de Implantação da CART (jun/2013 a set/2016). A Diretora declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, nas esferas judicial ou administrativa, que tenha a suspendido ou inabilitada para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e declara que não é considerada pessoa exposta politicamente.		

Nome	Eduardo Marques de Almeida Dantas	CPF	012.185.157-59
Data de Nascimento	29/11/1971	Profissão	engenheiro de produção
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data de Eleição	24/04/2018	Data de posse	24/04/2018
Prazo do mandato	AGO 2020	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não possui		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui Mestrado em Administração de Empresas (stricto sensu) pelo COPPEAD/UFRJ e cursos de liderança e gestão pelo IMD (Lausanne/Suíça) e MIT (Boston/EUA). Presente no Grupo Invepar desde 2013, atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios. Foi membro do Conselho da Quadrem Holding International Ltd. Possui mais de 20 anos de experiência, dos quais 15 dedicados ao setor de infraestrutura, tendo trabalhado na Brahma (hoje AMBEV), Coca-Cola, Booz-Allen (hoje Strategy&), MRS e Grupo VALE, onde foi Diretor de Suprimentos e Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Logística. O Sr. Eduardo Marques de Almeida Dantas declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Eduardo Marques de Almeida Dantas declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.		

Powered by MZiQ

Nome	Enio Stein Júnior	CPF	028.142.927-81
Data de Nascimento	14/11/1972	Profissão	Engenheiro
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data de Eleição	24/04/2018	Data de posse	24/04/2018
Prazo do mandato	AGO 2020	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não possui		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, Engenheiro Mecânico formado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (1991 - 1995). Possui MBA pela Harvard Business School. Atualmente é Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR. Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem: (i) Diretor Financeiro e Administrativo - Log-In Logística S.A. – Navegação e Operação de Terminais Portuários (2016-2018); (ii) Gerente Geral de Tesouraria - Vale S.A. – Mineração e Logística (2013-2016);e (iii) Gerente Geral de Integração pós Fusão - Vale S.A. – Mineração e Logística (2011-2013). Anteriormente também ocupou as seguintes funções: (i) Diretor Financeiro e Administrativo - Freeddom Tecnologia (2007-2011); e (ii) De analista a Associated Partner - McKinsey & Co (1996-2006). O Sr. Enio Stein Júnior declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Enio Stein Júnior declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.		

Nome	Erik da Costa Breyer	CPF	955.093.217-68
Data de Nascimento	17/02/1971	Profissão	Bacharel em Direito
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
Data de Eleição	24/04/2018	Data de posse	24/04/2018
Prazo do mandato	AGO 2020	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não possui		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense, possui MBA em Finanças e Mercado de Capitais pela FGV, MBA em Gestão Corporativa pela Fundação Dom Cabral e Mestrado em Estratégia pela PUC-MG/Fundação Dom Cabral. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente da Companhia. Foi Diretor Financeiro do Grupo Neoenergia, Diretor de Economia, Finanças e de Relações com Investidores da COELBA, Diretor Administrativo-Financeiro da Itapebi Geração de Energia S.A. e Presidente do Conselho de Administração da ALOG Data Centers do Brasil, da PetroBahia S.A., da Companhia Hidroelétrica Teles Pires. Foi membro titular do Conselho de Administração da CREMER S.A. É fellow da Fundação Eisenhower Fellowships. O Sr. Erik Breyer declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Erik Breyer declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.		

Nome	João Garcia Couri Neto	CPF	029.862.666-73
Data de Nascimento	06/05/1975	Profissão	Administrador de empresas
Órgão Administração	Pertence apenas à Diretoria	Cargo eletivo ocupado	Diretor de Relações com Investidores
Data de Eleição	14/05/2018	Data de posse	14/05/2018
Prazo do mandato	AGO 2020	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Diretor Administrativo Financeiro		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, com formação acadêmica em Administração de Empresas pela Ibero Americana; MBA em Gestão Empresarial pela FGV, com mais de 15 anos de experiência nas áreas financeira e administrativas. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e RI da Concessionária Auto Raposo Tavares ("CART") (Estatutário), tendo como principais atribuições às áreas financeira, administrativa, recursos humanos, jurídica, planejamento e de relação com investidores; tendo ocupado anteriormente o cargo de Superintendente Corporativo da CART, tendo como principais atribuições, a gestão das gerências financeira, administrativa, de recursos humanos, jurídica e regulatória; tendo ainda anteriormente ocupado o cargo de gerente financeiro da CART, responsável pela estruturação financeira, contabilidade e planejamento, entre 2009 e 2012. Com experiência anterior à CART, tendo atuado como gerente financeiro e tesoureiro da Construtora OAS S/A, responsável pela estruturação financeira, importação, exportação, operações de câmbio e derivativos e cash management, entre os anos de 2002 e 2009. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e declara que não é considerada pessoa exposta politicamente.		

Powered by MZiQ

Nome	Júlio César Fonseca	CPF	318.103.906-30
Data de Nascimento	10/11/1959	Profissão	Psicólogo
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data de Eleição	24/04/2018	Data de posse	28/04/2018
Prazo do mandato	AGO 2020	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não possui		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, formado em Psicologia pela PUC-MG, fez MBA Executivo na Fundação Dom Cabral, MG (2002) e PGA-Gestão Empresarial no INSEAD, França (2005). Atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente de RH na Invepar, trajetória de carreira construída ao longo dos últimos 35 anos em empresas de vários segmentos, ocupando posições executivas na área de RH: Oi, Ferrovia Centro Atlântica, Lafarge/Matsulfur, Grupo Pão de Açúcar, entre outros. O Sr. Júlio César Fonseca declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Júlio César Fonseca declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.		

Nome	Luis Eduardo Simonetti Baroni	CPF	047.695.448-71
Data de Nascimento	29/12/1963	Profissão	Engenheiro Eletrônico
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data de Eleição	24/04/2018	Data de posse	24/04/2018
Prazo do mandato	AGO 2020	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não Possui		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, pós-graduado em Engenharia Eletrônica pela Universidade São Judas Tadeu, com MBA pela IBMEC, MIT e pelo Internation Institute for Management Development, na Suiça. Trabalhou na Companhia Nitroquimica Brasileira (Grupo Votorantim) entre 1994 e 1996. De 1996 a 2004, atuou na Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV). De 2004 a 2010 foi executivo da Vale S/A, passando por diversas áreas com ênfase na gestão de projetos e operações de logística. Foi Diretor da Suzano Papel e Celulose de 2010 a 2011, e esteve na Prumo Global Logística de 2011 a 2014. Ocupou o cargo de Diretor na CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Atualmente é Diretor Vice-Presidente de Engenharia da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR. O Sr. Luis Eduardo Simonetti Baroni declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Luis Eduardo Simonetti Baroni declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.		

Nome	Tulio Toledo Abi-Saber	CPF	031.277.386-25
Data de Nascimento	06/10/1976	Profissão	Engenheiro
Órgão Administração	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente
Data de Eleição	24/04/2018	Data de posse	24/04/2018
Prazo do mandato	AGO 2020	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Diretor Presidente		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	Brasileiro, bacharel em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002), Especialista em Gestão de empresas pela Universidade de São Paulo (2003) e Master in Business Administration - MBA pela Kellogg School of Management (2009), Tulio tem sólida experiência em gestão geral de empresas. Trabalhou na Brasil Telecom entre 2003 e 2006. Atuou também na Globenet, operadora de serviços internacionais de telecomunicações, em Boca Raton, Flórida, EUA, onde ocupou posição de Gerente Financeiro e Controller e de Diretor Administrativo Financeiro. Iniciou suas atividades na Invepar em 2010, onde desenvolveu atividades como Gerente Executivo de Desenvolvimento de Negócios e Gerente Executivo de Planejamento e Controle de Gestão. Liderou a Concessionária Auto Raposo Tavares - CART, na posição de Diretor Presidente. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente de Rodovias da Invepar. O Sr. Tulio Toledo Abi Saber declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Tulio Toledo Abi Saber declarou não ser pessoa exposta politicamente, conforme definido na regulamentação aplicável.		

Powered by MZiQ

12.7/8 - COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS

Justificativa para a não prestação da informação:

A Companhia não possui comitês instalados.

12.11 - ACORDOS, INCLUSIVE APÓLICES DE SEGUROS, PARA PAGAMENTO OU REEMBOLSO DE DESPESAS SUPORTADAS PELOS ADMINISTRADORES

12.11 Descrição das disposições de quaisquer acordo, inclusive apólices de seguros, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.12 - PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

12.12. Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo.

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

12.13 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

13.1 - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO, INCLUSIVE DA DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA

13. Remuneração dos Administradores.

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

b) composição da remuneração, indicando:

(i) **descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

(ii) **em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

(iii) **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

(iv) **razões que justificam a composição da remuneração**

(v) **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.2 - REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2016 até 31/12/2016	3.787.952,00

Pertence apenas ao Conselho de Administração

Nº de membros	3,00	Total da remuneração	3.787.952,00
Salário ou pró-labore	1.534.728,00	Benefícios diretos e indiretos	149.613,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	306.943,50
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	1.394.897,92	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	2.789,93		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	122777,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2016 até 31/12/2016	0,00

Outro

Nº de membros	0,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		

Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2015 até 31/12/2015	2.576.000,00

Pertence apenas ao Conselho de Administração

Nº de membros	3,00	Total da remuneração	2.576.000,00
Salário ou pró-labore	1.418.000,00	Benefícios diretos e indiretos	114.000,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	284.000,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	540.000,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	108.000,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	112000,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2015 até 31/12/2015	0,00

Pertence apenas à Diretoria

Nº de membros	0,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00

Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2014 até 31/12/2014	1.582.000,00

Pertence apenas ao Conselho de Administração

Nº de membros	2,00	Total da remuneração	1.582.000,00
Salário ou pró-labore	855.000,00	Benefícios diretos e indiretos	54.000,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	171.000,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	219.000,00	Participação em reuniões	170.000,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	44.000,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	69000,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2014 até 31/12/2014	0,00

Pertence apenas à Diretoria

Nº de membros	0,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00

Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

13.3 - REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

b) número total de membros

c) número de membros remunerados

d) em relação ao bônus:

(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração

(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração

(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

(e) em relação à participação no resultado:

(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração

(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração

(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.4 - PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA ESTATUTÁRIA

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) termos e condições gerais
b) principais objetivos do plano
c) forma como o plano contribui para esses objetivos
d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
f) número máximo de ações abrangidas
g) número máximo de opções a serem outorgadas
h) condições de aquisição de ações
i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
j) critérios para fixação do prazo de exercício
k) forma de liquidação
l) restrições à transferência das ações
m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.5 - REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUÁRIA

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) Órgão

b) número total de membros

c) número de membros remunerados

d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

(i) data de outorga

(ii) quantidade de opções outorgadas

(iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis

(iv) prazo máximo para exercício das opções

(v) prazo de restrição à transferência das ações

(vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- **em aberto no início do exercício social**
- **perdidas durante o exercício social**
- **exercidas durante o exercício social**
- **expiradas durante o exercício social**

e) valor justo das opções na data de cada outorga

f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.6 - INFORMAÇÕES SOBRE AS OPÇÕES EM ABERTO DETIDAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PELA DIRETORIA ESTATUÁRIA

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte:

a) órgão

b) número de membros

c) número de membros remunerados

d) em relação às opções ainda não exercíveis

(i) quantidade

(ii) data em que se tornarão exercíveis

(iii) prazo máximo para exercício das opções

(iv) prazo de restrição à transferência das ações

(v) preço médio ponderado de exercício

(vi) valor justo das opções no último dia do exercício social

e) em relação às opções exercíveis

(i) quantidade

(ii) prazo máximo para exercício das opções

(iii) prazo de restrição à transferência das ações

(iv) preço médio ponderado de exercício

(v) preço médio ponderado de exercício

(vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.7 - OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUÁRIA

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

b) número de membros

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

c) número de membros remunerados

Número de Membros	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Exercício Social Corrente até 31.12.2016	0	3
Exercício Social Corrente até 31.12.2015	3	3
Exercício Social Corrente até 31.12.2014	3	2

d) em relação às opções exercidas informar:

i. número de ações

ii. preço médio ponderado de exercício

iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

e) em relação às ações entregues informar:

i. número de ações

ii. preço médio ponderado de aquisição

iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.8 - INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.5 A 13.7 - MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES

13.8 Descrever sumariamente as informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação
b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
d) forma de determinação da volatilidade esperada
e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.9 - PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES, COTAS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS, DETIDAS POR ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS - POR ÓRGÃO

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.10 - INFORMAÇÕES SOBRE PLANOS DE PREVIDÊNCIA CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Powered by MZiQ

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a) Órgão
b) número de membros
c) número de membros remunerados
d) nome do plano
e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
f) condições para se aposentar antecipadamente
g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.12 - MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.13 - PERCENTUAL NA REMUNERAÇÃO TOTAL DETIDO POR ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, nos 3 últimos exercícios sociais.

Órgãos	2016	2015	2014
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, RECEBIDA POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

13.15 - REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL RECONHECIDA NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não temos quaisquer valores reconhecidos nos resultados dos nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13.16 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

14.1 - DESCRIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

14 Recursos Humanos.

14.1 Descrição dos recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
c) índice de rotatividade

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

14.2 - ALTERAÇÕES RELEVANTES - RECURSOS HUMANOS

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

14.3 - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS

14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável

b) política de benefícios

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

(i) grupos de beneficiários

(ii) condições para exercício

(iii) preços de exercício

(iv) prazos de exercício

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

14.4 - DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O EMISSOR E SINDICATOS

14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

14.5 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

15.1 / 15.2 - POSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR	03.758.318/0001-24	50,000000	1.308.194.522,00	100,000000

Tipo pessoa	Juridica		
Nacionalidade	brasileira	UF	RJ
Participa de acordo de acionistas	Sim	Acionista controlador	Sim
Data de composição do capital social		Data da última alteração	21/12/2012
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	1.308.194.522,00		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	50,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	2.616.389.044,00		

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Outros		0,000000	0	0,000000

Tipo pessoa	Fisica		
Nacionalidade		UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social		Data da última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	0		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	0		

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
AcoesTesouraria		0,000000	0	0,000000

Tipo pessoa	Nenhum		
Nacionalidade		UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social		Data da última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	0		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	0		

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Total		50,000000	1.308.194.522,00	100,000000

Tipo pessoa	Nenhum		
Nacionalidade		UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social		Data da última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	1.308.194.522,00		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	50,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	2.616.389.044,00		

15.3 - DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL

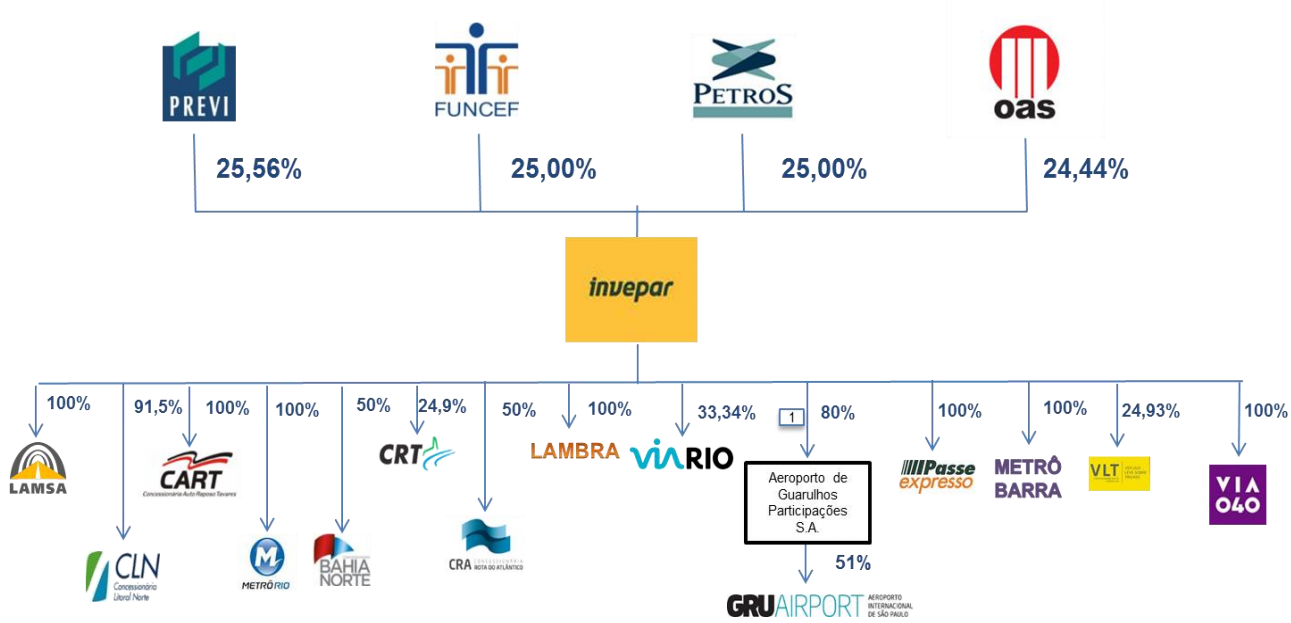
Data da última assembléia	15/04/2016	Quantidade de acionistas pessoa física (Unidade)	0
Quantidade de acionistas pessoa jurídica (Unidade)	1	Quantidade de investidores institucionais (Unidade)	0

Ações em Circulação			
Quantidade ordinárias (Unidade)	1308194522	% ordinárias	50
Quantidade preferenciais (Unidade)	1308194522	% preferenciais	50
Total (Unidade)	2616389044	% total	100

15.4 - ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS E DO GRUPO ECONÔMICO

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Companhia optou por não apresentar um organograma de seus acionistas. Para o organograma do grupo econômico da Companhia, segue abaixo.



[1] Invepar detém 80% de GRUPar (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.), que detém 51% de GRU Airport (Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.)

15.5 - ACORDO DE ACIONISTAS ARQUIVADO NA SEDE DO EMISSOR OU DO QUAL O CONTROLADOR SEJA PARTE

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a) Partes
b) data de celebração
c) prazo de vigência
d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle
e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários
f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las
g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

15.6 - ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DO EMISSOR

Exercício Social	Acionista	Alteração na Participação
26/12/2014	OAS Investimentos	Em 26/12/2014, a OAS Investimentos S.A. subscreveu um aumento de capital na OAS Infraestrutura S.A. mediante conferência de 35.764.280 ações ON e 69.117.380 ações PN de emissão da Invepar, de titularidade da OAS Investimentos S.A.
	OAS Infraestrutura	Em 26/12/2014, a OAS Investimentos S.A. subscreveu um aumento de capital na à OAS Infraestrutura S.A. mediante conferência de 35.764.280 ações ON e 69.117.380 ações PN de emissão da Invepar, de titularidade da OAS Investimentos S.A.
31/07/2014	OAS S.A.	Em 31/07/2014, a OAS S.A. alienou à OAS investimentos S.A. 12.723.428 ações ON e 25.446.857 ações PN de emissão da Invepar, que representam aproximadamente 8,89% do total de ações de emissão da Invepar.
	OAS Investimentos	Em 31/07/2014, a OAS Investimentos S.A. adquiriu da OAS S.A. 12.723.428 ações ON e 25.446.857 ações PN de emissão da Invepar, que representam aproximadamente 8,89% do total de ações de emissão da Invepar.

15.7 - PRINCIPAIS OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) evento	Plano de recuperação judicial do grupo OAS
b) principais condições do negócio	Em 26 de janeiro de 2016 foi homologado, nos autos da Ação de Recuperação Judicial, pelo juízo da 1.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, o Plano de Recuperação Judicial da OAS, anteriormente aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 17 de dezembro de 2015. O referido Plano prevê a alienação das ações detidas por OAS na Companhia, com preço mínimo de R$ 1.350.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões de reais), mediante Leilão Judicial, observadas as demais regras e condições ali expostas.
c) sociedades envolvidas	Invepar OAS Infraestrutura S.A. e Construtora OAS S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário da Companhia.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

a) evento	Alienação da LAMSAC
b) principais condições do negócio	Em 20 de dezembro de 2016 a Invepar concluiu, nos termos dos contratos celebrados em 5 de agosto de 2016 a alienação da totalidade das ações de emissão da Línea Amarilla S.A.C.("LAMSAC"), de titularidade da subsidiária integral da Invepar Linea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA") e a alienação da totalidade das participações societárias direta e indireta da Companhia PEX Peru S.A.C. ("PEX Peru"), para a Vinci Highways S.A.S., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da França, registrada sob o nº 433 636 461 RCS Nanterre, com sede na rue Louis Blériot, 92500 Rueil-Malmaison, França.
c) sociedades envolvidas	Invepar Linea Amarilla Brasil Participações S.A. Línea Amarilla S.A.C. PEX Peru S.A.C.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro societário da Companhia.
f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

15.8 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

16.1 - DESCRIÇÃO DAS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16. Transações com partes relacionadas.

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

16.2 - INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	21/09/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	895883.04	Saldo existente	-
Montante	895.883,04		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/05/2017
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio		
Relação com o emissor	ligada		
Data transação	30/09/2016	Objeto contratado	nota de débito
Montante envolvido	25689.25	Saldo existente	-
Montante	25.689,25		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/05/2017
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.
Relação com o emissor	controladora direta

Data transação	15/10/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	73231.59	Saldo existente	-
Montante	73.231,59		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/02/2017
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	26/10/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	870503.03	Saldo existente	-
Montante	870.503,03		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/06/2017
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	16/11/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	694200.10	Saldo existente	-
Montante	694.200,10		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/06/2017

Powered by MZiQ

Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	12/12/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	562946.41	Saldo existente	-
Montante	562.946,41		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/06/2017
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	12/12/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	8295.09	Saldo existente	-
Montante	8.295,09		
Garantias e seguros	não há	Duração	22/12/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Concessionária Aeroporto de Guarulhos - GRU

Relação com o emissor	ligada		
Data transação	24/05/2013	Objeto contratado	nota de débito
Montante envolvido	520504.00	Saldo existente	-
Montante	520.504,00		
Garantias e seguros	não há	Duração	01/05/2013 à 30/06/2014
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Linha Amarela S.A. - LAMSA		
Relação com o emissor	ligada		
Data transação	28/06/2013	Objeto contratado	nota de débito
Montante envolvido	41318.68	Saldo existente	-
Montante	41.318,68		
Garantias e seguros	não há	Duração	28/06/2013 à 26/12/2014
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Concessionária Litoral Norte S.A.		
Relação com o emissor	ligada		
Data transação	28/06/2013	Objeto contratado	nota de débito
Montante envolvido	1967.56	Saldo existente	-
Montante	1.967,56		

Garantias e seguros	não há	Duração	28/06/2013 à 26/12/2014
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio		
Relação com o emissor	ligada		
Data transação	28/06/2013	Objeto contratado	nota de débito
Montante envolvido	100345.36	Saldo existente	-
Montante	100.345,36		
Garantias e seguros	não há	Duração	28/06/2013 à 26/12/2014
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	29/01/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	964593.19	Saldo existente	-
Montante	964.593,19		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/02/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Powered by MZiQ

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	12/02/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	9250.00	Saldo existente	-
Montante	9.250,00		
Garantias e seguros	não há	Duração	29/02/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Concessionária BR-040 S.A.		
Relação com o emissor	ligada		
Data transação	18/02/2016	Objeto contratado	nota de débito
Montante envolvido	593.10	Saldo existente	-
Montante	593,10		
Garantias e seguros	não há	Duração	01/02/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	26/02/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	543795.18	Saldo existente	-

Powered by MZiQ

Montante	543.795,18		
Garantias e seguros	não há	Duração	11/07/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Concessionária BR-040 S.A.		
Relação com o emissor	ligada		
Data transação	29/02/2016	Objeto contratado	nota de débito
Montante envolvido	591.21	Saldo existente	-
Montante	591,21		
Garantias e seguros	não há	Duração	29/03/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Concessionária BR-040 S.A.		
Relação com o emissor	ligada		
Data transação	29/02/2016	Objeto contratado	nota de débito
Montante envolvido	467.59	Saldo existente	-
Montante	467,59		
Garantias e seguros	não há	Duração	29/03/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Powered by MZiQ

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	16/03/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	49579.01	Saldo existente	-
Montante	49.579,01		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/04/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	16/03/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	539106.33	Saldo existente	-
Montante	539.106,33		
Garantias e seguros	não há	Duração	11/07/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	15/04/2016	Objeto contratado	compartlhamento de despesas
Montante envolvido	595052.48	Saldo existente	-

Powered by MZiQ

Montante	595.052,48		
Garantias e seguros	não há	Duração	11/07/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	12/05/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	587083.93	Saldo existente	-
Montante	587.083,93		
Garantias e seguros	não há	Duração	11/07/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investiemntos e Participações em Infraestrutura S.A - Invepar		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	17/05/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	5194.41	Saldo existente	-
Montante	5.194,41		
Garantias e seguros	não há	Duração	15/06/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Powered by MZiQ

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	23/06/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	695878.12	Saldo existente	-
Montante	695.878,12		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/07/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	25/07/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	670312.07	Saldo existente	-
Montante	670.312,07		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/08/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Concessionária BR-040 S.A.		
Relação com o emissor	ligada		
Data transação	11/08/2016	Objeto contratado	nota de débito
Montante envolvido	25705.33	Saldo existente	-

Powered by MZiQ

Montante	25.705,33		
Garantias e seguros	não há	Duração	15/09/2016
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR		
Relação com o emissor	controladora direta		
Data transação	26/08/2016	Objeto contratado	compartilhamento de despesas
Montante envolvido	703727.87	Saldo existente	-
Montante	703.727,87		
Garantias e seguros	não há	Duração	25/05/2017
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

16.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS MEDIDAS TOMADAS PARA TRATAR DE CONFLITOS DE INTERESSES E DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER ESTRITAMENTE COMUTATIVO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS OU DO PAGAMENTO COMPENSATÓRIO ADEQUADO

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social.

a) identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas, adotado nas operações acima indicadas e em futuras operações da espécie que sejam pactuadas, segue estritamente os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou em que seu interesse conflite com o da Companhia. Adicionalmente, esclareça-se que a nossa administração somente autoriza a celebração de quaisquer negócios com partes relacionadas dentro de condições compatíveis com o mercado, sem qualquer benefício ou favorecimento de contrapartes em detrimento da Companhia.

b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Na hipótese de celebração de operações e negócios com suas partes relacionadas, nós obrigatoriamente seguimos os padrões de mercado em operações da espécie e amparamos tais operações e negócios com as devidas avaliações prévias de suas condições e impactos, incluindo a cotação e comparação de operações similares junto a instituições financeiras de 1ª linha ou outras partes independentes, no estrito interesse da Companhia.

Nossos contratos com partes relacionadas sempre consideraram as práticas usuais de mercado, sendo que eles definem prazos para suas efetivas realizações (quitações), fazendo com que nenhuma unidade operacional seja prejudicada em detrimento a outra. Não há incidência de cobrança de juros em Nota de Compartilhamento de Despesas ou Nota de Débito entre as empresas Ligadas.

16.4 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

17.1 - INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

Tipo de Capital	Capital Autorizado		
Data da autorização ou aprovação	15/04/2016	Valor do capital	1.180.000.000,00
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	1.308.194.522,00
Qtde. ações preferencias	1.308.194.522,00	Qtde. total de ações	2.616.389.044,00

Powered by MZiQ

17.3 - INFORMAÇÕES SOBRE DESDOBRAMENTOS, GRUPAMENTOS E BONIFICAÇÕES DE AÇÕES

17.4 - REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

17.5 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - CAPITAL SOCIAL

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

18.2 - REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITEM DIREITO DE VOTO

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

18.3 - SUSPENSÃO DE DIREITOS PATRIM./POLÍTICOS

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Conforme anexo 24 da Instrução CVM Nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

18.6 - MERCADOS DE NEGOCIAÇÃO NO BRASIL

18.6 Indicação dos mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação.

As debêntures da Companhia são admitidas à negociação na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (após a fusão ocorrida entre a BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e a CETIP S.A. – Mercados Organizados em março/2017).

18.7 - NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS

18.7 Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - TÍTULOS EMITIDOS NO EXTERIOR

Justificativa para a não prestação da informação:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO

18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

A CART realizou em 15 de dezembro de 2012 a Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400. Foram emitidas 750.000,00 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). A emissão se deu em duas (2) séries, sendo que para a Primeira Série foram emitidas 380.000 (trezentas e oitenta mil) Debêntures no âmbito da Lei 12.431/11 e para a Segunda Série forma emitidas 370.000 (trezentas e setenta mil) as quais não contaram com os benefícios da Lei na Lei 12.431/11.

O prazo de vencimento das debêntures é de 12 (doze) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024, data em que será devido o Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), acrescido do saldo da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão). O pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser realizado em uma única parcela, na data de vencimento.

18.10 - DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS

18.10 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar :

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

18.11 - OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO

18.11 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

18.12 - OUTRAS INF. RELEV. - VAL. MOBILIÁRIOS

18.12 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

19.1 - DESCRIÇÃO - PLANOS DE RECOMPRA

19.2 - MOVIMENTAÇÃO V.M. EM TESOURARIA

Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

19.3 - OUTRAS INF. RELEV. - RECOMPRA/TESOURARIA

19.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relavante.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

20.1 - DESCRIÇÃO - POL. NEGOCIAÇÃO

Informações política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

20.2 - OUTRAS INF. RELEV. - POL. NEGOCIAÇÃO

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relavante.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas acima.

21.1 - NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS

21.Política de divulgação de informações.

21.1 Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

21.2 - DESCRIÇÃO - POL. DIVULGAÇÃO

21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado (s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

Conforme anexo 24 da Instrução CVM nº 480, o preenchimento deste item é facultativo.

21.3 - RESPONSÁVEIS PELA POLÍTICA

21.3 Informação dos administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

A responsabilidade pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização quanto ao cumprimento da política de divulgação de informações compete, originariamente, ao Diretor de Planejamento e Relações com Investidores.

21.4 - OUTRAS INF.RELEV - POL. DIVULGAÇÃO

21.4 Outras informações relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram informadas nos itens acima.